UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DO PANTANAL

BRUNA MARIANA DE OLIVEIRA LEMOS

IMPACTOS DO DESEMPREGO NA SAÚDE MENTAL DOS HOMENS: UMA ARTICULAÇÃO ENTRE A PSICODINÂMICA DO TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE

CORUMBÁ-MS
2023

BRUNA MARIANA DE OLIVEIRA LEMOS

IMPACTOS DO DESEMPREGO NA SAÚDE MENTAL DOS HOMENS: UMA ARTICULAÇÃO ENTRE A PSICODINÂMICA DO TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação apresentado à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus do Pantanal como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharela em Psicologia.
Orientadora: Profª Drª. Carolini Cássia Cunha Bezerra.

CORUMBÁ-MS
2023

BRUNA MARIANA DE OLIVEIRA LEMOS

IMPACTOS DO DESEMPREGO NA SAÚDE MENTAL DOS HOMENS: uma articulação entre a psicodinâmica do trabalho e a construção da masculinidade

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação apresentado à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus do Pantanal como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharela em Psicologia.

Corumbá-MS,_____ de _____de _____.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof.ª Drª. Carolini Cássia Cunha Bezerra
Orientadora

_____

Prof.ª Ma. Claudia Elizabete da Costa Moraes Mondini

_____

Prof.ª Drª. Vanessa Catherina Neumann Figueiredo

Dedico este trabalho a minha família.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a minha família, e quando me refiro a família quero dizer as minhas mães, Merly Aparecida Flores Cunha de Oliveira, Leontina Flores da Cunha e Marlene Flores da Cunha. Estas mulheres me educaram, cuidaram com muito esmero e sempre me apoiaram. Sem elas, hoje eu nada seria.

A família me refiro ao meu avô, Luiz Mario de Oliveira que hoje não está mais presente, mas fez parte da minha formação como pessoa, me amou imensamente e por ele que eu sigo lutando em busca dos meus sonhos.

Família me refiro a minha irmã Liz Valentina Oliveira de Almeida. Me lembro de quando eu pedia tanto por uma irmã e ter a Liz como companheira de vida é fantástico. Nossa relação é formada de amor, muitas brigas, aprendizados e ensinamentos.

Agradeço a minha orientadora Profª Drª. Carolini Cássia Cunha Bezerra, pela paciência, pelos ensinamentos e orientações. Obrigada por não desistir de mim.

Também agradeço a todos os professores que contribuíram direta ou indiretamente na minha formação acadêmica. Em especial, o Profº Drº. Luiz Fernando Galvão; Profª Drª. Beatriz Rosalia Gomes Xavier Flandoli; Profº Drº. Rômullo Ballestê Marques dos Santos e Profº Drº. Ronny Machado de Moraes.

À minha banca, Profª Ma. Claudia Elizabete da Costa Moraes Mondini e Prof.ª Drª. Vanessa Catherina Neumann Figueiredo, as quais foram responsáveis pela minha escolha de pesquisa, através das aulas e discussões me despertaram o interesse pelo tema. Obrigada também por aceitarem compor a banca e pelas contribuições desta pesquisa.

Um homem também chora, menina morena. Também deseja colo, palavras amenas. Precisa de carinho, precisa de ternura, precisa de um abraço, da própria candura. Guerreiro são pessoas, são fortes, são frágeis; guerreiro são meninos.

No fundo do peito precisam de um descanso, precisam de um remanso, precisam de um sonho que os tornem perfeitos. É triste ver este homem, guerreiro menino, com a barra de seu tempo por sobre seus ombros. Eu vejo que ele berra, eu vejo que ele sangra.

A dor que traz no peito, pois ama e ama. Um homem se humilha, se castram seus sonhos. Seu sonho é sua vida e a vida é trabalho. E sem o seu trabalho, um homem não tem honra e sem a sua honra se morre, se mata. Não dá pra ser feliz, não dá pra ser feliz.

(Gonzaguinha, 1999)

RESUMO

A construção da masculinidade se entrelaça ao sistema capitalista, fomentando relações de privilégios e poder. Atualmente, a sociedades estrutura-se pela influência do capital, onde o trabalho se torna fundamental para a subsistência, atravessando a existência do sujeito no meio social. Além disso, essa conexão se estende à ordem simbólica, afetando a saúde mental do trabalhador. Com isso, a falta do trabalho pode trazer implicações substanciais. Nesse contexto, a presente pesquisa visa compreender o impacto do desemprego na saúde mental dos homens, visto que representam uma parcela significativa da população desocupada. Em vista do exíguo número de estudos científicos sobre o tema, assim como são poucos os estudos que abordam os homens nas pautas de gênero, o estudo partiu da articulação entre a psicodinâmica do trabalho e as teorias de gênero, diante da necessidade de abordar as dimensões psicológicas da perda do emprego em homens. Dado que essas ramificações impactam não apenas o indivíduo, mas também aqueles em seu entorno. Trata-se de um relevante desafio nos tempos atuais. Para tal, realizou-se uma pesquisa teórica, com o intuito de produzir novas reflexões acerca dessas complexas questões. Explorou-se a importância fundamental que o trabalho desempenha na saúde mental e na construção da identidade masculina. Com isso, pôde-se constatar, à luz da psicodinâmica do trabalho, que o contexto laboral concebe importância vital na vida das pessoas, atravessando as questões socioeconômicas e conferindo a subjetividade do sujeito, sobretudo, dos homens, ao qual atribuem ao trabalho a percepção do "ser homem". Delineados pelas expectativas de gênero engendradas no patriarcado que designam ao homem a responsabilidade de provedor familiar. Perfazendo discussões acerca dos estudos de gênero articulado a psicodinâmica do trabalho, o material lido apontou impactos adversos na saúde mental de homens que enfrentam o desemprego e não conseguem prover o sustento familiar, podendo resultar consideravelmente no sofrimento psíquico, de modo que confere simbolicamente a eminente perda da masculinidade. Esse sofrimento, muita das vezes, leva à repressão das emoções através de mecanismos de defesa, resultando na adoção de comportamentos de risco quando as expectativas não são atendidas. Como um meio de compensar a perda desta suposta masculinidade, os homens utilizam-se de atos como a violência ou o abuso de álcool, como um refúgio ou uma forma de encontrar coragem para manifestar suas emoções. À guisa de conclusão, considerando que o mundo está incessantemente sujeito a transformações, torna-se evidente a relevância do questionamento e desafio desses padrões predominantes, integrando abordagens que reconheçam a mister desconstrução do imaginário social da identidade masculina hegemônica. Faz-se necessário repensar os papéis masculinos, a fim de promover uma sociedade mais equitativa e saudável, possibilitando a expressão das emoções e a legitimação de novas formas de vivenciar as masculinidades.

Palavras-chaves: Saúde mental; Desemprego; Masculinidade; Provedor familiar.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAPS	Centro de Atenção Psicossocial.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBRAT	Instituto Brasileiro de Transmasculinidades.
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
OIT	Organização Internacional do Trabalho.
OMS	Organização Mundial da Saúde.
ONU	Organização das Nações Unidas.
PdH	Papo de Homem.
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

SUMÁRIO

1. **INTRODUÇÃO.....9**
2. **METODOLOGIA.....15**
3. **SUJEITOS DO SEXO, RELAÇÕES DE GÊNERO E PODER: A CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE NO SISTEMA PATRIARCAL.....17**
4. **UNIVERSO LABORAL E O PANORAMA DO DESEMPREGO: INVESTIGANDO A INTERSECÇÃO ENTRE O TRABALHO E SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR ATRAVÉS DA ABORDAGEM PSICODINÂMICA DO TRABALHO.....27**
   - 4.1. Um lacônico percurso acerca do mundo do trabalho e o cenário do desemprego estrutural.....27
   - 4.2. Trabalho e a saúde mental do trabalhador a partir da perspectiva psicodinâmica do trabalho.....36
5. **O PAPEL SOCIAL DO PROVEDOR: A MASCULINIDADE COMO COEFICIENTE DO DESENCADEAMENTO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO DOS HOMENS DESEMPREGADOS.....43**
6. **CONSIDERAÇÕES FINAIS.....55**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....57

1 INTRODUÇÃO

O homem, segundo o dicionário Houaiss (2004) de língua portuguesa, é definido como “mamífero primata dotado de inteligência e de linguagem articulada. É o ser humano do sexo masculino que se figura no indivíduo corajoso, viril, marido, amante” (Houaiss, 2004, p.391). Assim como o homem, a mulher sem dúvida é um ser humano, no entanto, muitas vezes é percebida com alteridade em relação ao homem, de forma que se estrutura em uma divisão naturalizada das relações sociais e de sexo (Welzer-Lang, 2001).

Podemos pensar, por exemplo, na história de Adão e Eva em que Eva é criada pela costela de Adão. Ou seja, só a partir da existência do homem é que se dá a existência da mulher. Para afirmar-se como o sujeito absoluto o homem se opõe a mulher, posta como O Outro (Beauvoir, 2016). Dessa forma, a percepção do homem enquanto essencial e, a mulher por sua vez, inessencial, atravessa as relações de poder estabelecidas nas sociedades revelando a desigualdade sistemática entre homens e mulheres em múltiplas conjunturas (Beauvoir, 2016; Welzer-Lang, 2001; Zanello, 2018).

Há uma diversidade ampla na espécie humana, todavia, ao longo da história o sexo foi constituído em sua morfologia como base para a construção de um sistema binário, que se divide em homens e mulheres. Nesse contexto, a filósofa existencialista Simone de Beauvoir (1908-1986) (2016) traz considerações importantes para o campo da sexualidade e estudos de gênero. Em sua obra “O segundo sexo”, traz um ponto de partida histórico e crítico acerca da compreensão de como se dá o ser homem e a dicotomia dos sexos, apresentando uma discussão crítica da construção ontológica binária do sexo biológico, que consiste na visão em que existe apenas dois sexos biológicos, baseados nos aspectos anatômicos, bem como os cromossomos distinguindo estritamente em masculino e feminino. Essa perspectiva foi construída historicamente e prepondera até os dias de hoje em diversos campos das sociedades (Beauvoir, 2016).

Posto isto, se faz necessária a problematização desta formulação. De modo que, há uma ampla diversidade de corpos e sujeitos que vão além das diferenças biológicas. A estrutura do sistema binário reforça a exclusão dos sujeitos que não se enquadram nessas categorias e a organização do campo

de poder patriarcal. O patriarcado pode ser compreendido como um sistema de dominação e exploração que se organiza nas esferas sociais, políticas, econômicas e culturais (Saffioti, 2015). A estrutura de poder se estabelece de forma hierárquica onde os homens ocupam maiores espaços de poder dentro da sociedade, em diferentes âmbitos como a política, mundo do trabalho e contexto familiar (Saffioti, 1987).

Conforme os dados da pesquisa realizada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), no segundo trimestre de 2023, circunscrito em duas categorias, sendo pessoas negras e não negras, esta última inclui indivíduos brancos, amarelos e/ou indígenas. Os dados indicaram que há notáveis discrepâncias nos cargos de gerência e direção, apontando substanciais desigualdades. De modo que são compostos por 2,1% de mulheres negras e 4,3% mulheres não negras, enquanto 2,1% de homens negros e 5,5% de homens não negros (IBGE, 2023). Isso evidência o recorte racial e de gênero presente em diferentes esferas sociais configurado histórico e culturalmente. A hierarquia estruturada no sistema patriarcal e capitalista, intersecciona um entrelaçamento complexo das formas opressoras e poder. Em que os homens não negros, especificamente os homens brancos se mantêm em posições de poder em maior numero. As disparidades significativas manifestadas em diversas maneiras incluindo a interseção de gênero e raça perpetuam as desigualdades sistêmicas das sociedades, tal como os homens negros que encontram-se hierarquicamente inferior as mulheres brancas (Almeida, 2019; Zanello, 2018).

De acordo com a socióloga marxista Heleieth Saffioti (1934-2010) (2015) “gênero é a construção social do masculino e do feminino” (Saffioti, 2015, p.47). Portanto, esse termo corresponde à diferença cultural entre homens e mulheres, baseado na divisão dos estereótipos entre homem e mulher. Os estereótipos são os papéis atribuídos aos homens, estabelecendo uma identidade idealizadora de forma naturalizada, onde ser macho é ter virilidade (Connell & Pearse, 2015; Saffioti, 2015).

Contudo, comumente, o padrão esperado para esses estereótipos configura-se no modelo hegemônico, predominantemente associado a pessoas brancas e cisgênero, em relação àqueles que se identificam com o sexo ao qual nasceu. Desse modo, essa estrutura binária do sexo se idealiza no padrão

hegemônico em um estereótipo branco, cisgênero e heteronormativo, o qual atribui a heterossexualidade como norma padrão socialmente aceitável (Connell & Pearse, 2015; Scott, 1995; Welzer-Lang, 2001). No que diz respeito a orientação sexual, em que concerne como as pessoas se relacionam sexual e afetivamente. Dessa forma, a heteronormatividade define a heterossexualidade como única orientação sexual normal e aceitável, julgando as demais como anormais e inaceitáveis, por exemplo, gays, lésbicas, bissexuais (Butler, 2018).

Em suma, são estabelecidas normas, práticas, atribuição de papéis, comportamentos e expectativas de gênero (Butler, 2018). O estereótipo masculino em ser um “verdadeiro” homem é sempre se mostrar másculo, dominador, o senhor da razão. As atribuições consideradas femininas, como a sensibilidade e demonstração de afeto são castradas, mesmo que inconscientemente. Para se manter neste lugar ideal é preciso estar sempre reafirmando sua masculinidade, diferindo-se do feminino e buscando ser superior às mulheres, de modo que não corram o risco de serem subordinados (Moreira, 2023; Welzer-Lang, 2001; Zanello, 2018).

O termo masculinidade foi objeto de importante análise nos estudos de Raewyn Connell (2015), segundo a cientista social australiana, existem múltiplas masculinidades, no geral, referem-se à construção social intrincada em diferentes sociedades e culturas. Isso se deve ao fato de que as sociedades atribuíram normas e papéis aos quais as pessoas devem se encaixar para que possam fazer parte de uma determinada sociedade. Com isso, a masculinidade se define pela construção social do que é ser homem (Connell, 1995; Connell & Pearse, 2015).

Nesse sentido, ser homem implica ocupar um papel na estrutura da sociedade patriarcal, de maneira que as dinâmicas relacionais se estabelecem a partir da organização patriarcal, onde, frequentemente, resulta em mulheres ocupando posições de submissão devido a compreensão cultural do papel feminino (Butler, 2018; Zanello, 2018). Além disso, há uma competição entre os próprios homens, onde são constantemente comparados, são medidos seus pênis, suas forças, suas conquistas e seus poderes (Beauvoir, 2016). Em vista disso, muitas vezes os homens se colocam em situações de risco diante da constante busca da validação da sua masculinidade, causando riscos à outras

pessoas e a si mesmo. Em linhas gerais, uma eminente parcela dos casos de violências e homicídios tem os homens como protagonistas mais frequentes desses comportamentos (Albuquerque, 2020; Zanello, 2018).

O percentual de violência é numeroso, no ano de 2019 foi registrado que 19,40% das mulheres e 17% dos homens sofreram algum tipo de violência (IPEA, s.d.). Além disso, o índice de homicídios é substancial, o percentual dos homens foi de 40,13%, e das mulheres foi de 3,50%. Quando se trata de pessoas pretas o percentual é ainda maior, estes se referem a sujeitos que se declaram pretos e possuem características físicas que apontam para uma origem predominantemente africana. A taxa de homicídios dos homens pretos foi de 56,19% e das mulheres pretas foi de 4,17% (IPEA, 2019). Ademais, o levantamento feito indicou que a cada 100 mil habitantes, 10,20% dos homens cometeram suicídio, as mulheres por sua vez houve um índice de 2,73% (IPEA, 2019). Os dados evidenciam o impacto da construção da masculinidade, que perpassa gerações, imaginário social de um homem que não pode expressar suas emoções, encontrando como forma de manifestação, comportamentos incisivos a outrem e a si mesmo (Albuquerque, 2020; Zanello, 2018).

A sobrecarga da idealização da masculinidade é cruel, de modo que “trata-se sobretudo de uma noção limite que constitui uma espécie de horizonte, de ponto de fuga, de ideal, jamais verdadeiramente atingido” (Dejours, Abdoucheli & Jayet, 1994, p.127). O imaginário das perspectivas coletivas nas estruturas sociais incorpora o individualismo como componente crucial para o progresso das sociedades, manifestando-se nas esferas de gênero e profissional. A hierarquia de gênero contribui para a manutenção da perpetuação da predominância masculina e na persistência das disparidades, desde a educação até o mercado de trabalho (Dejours, Abdoucheli & Jayet, 1994; Zanello, 2018).

No mercado de trabalho, observa-se uma divisão etária que inclui pessoas de 14 anos ou mais prováveis de fazer parte da subutilização da força de trabalho, sendo esta parte do monitoramento do mercado de trabalho no Brasil (OIT, 2021). De acordo com os indicadores sociais, em 2019, aproximadamente 54,5% das mulheres e 73,7% dos homens participaram da força de trabalho (IBGE, 2019).

O trabalho é objeto de estudo a partir de diferentes perspectivas. Conforme a psicodinâmica do trabalho, o trabalho implica além das relações sociais ou do poder; envolve, ainda, a construção da identidade do indivíduo, integrando-se à dinâmica da realização do ego, à sua rede de significados e ao processo de subjetivação (Dejours, 2007). A centralidade do trabalho vai além da venda da força de trabalho a fim da remuneração para subsistência humana, dispõe de processos como reconhecimento e gratificação (Lancman et al., 2011).

Dessa forma, o trabalho é gerador de prazer e sofrimento ao trabalhador, é o mediador da sua emancipação e alienação. A organização do trabalho tem o papel determinante e fundamental na produção de sofrimento e angústia, o trabalhador tem o medo de ser incompetente, incapaz de exercer o trabalho ou até mesmo perdê-lo (Dejours, 2007).

As transformações do mundo do trabalho provieram, também, de crises internas e externas, tendo como consequência o aumento da precariedade das condições de trabalho e no número de desempregados, isso vem ocorrendo a cerca de duas décadas (Lancman et al., 2011).

Conforme os dados do IBGE, o desemprego refere-se às pessoas com idade para trabalhar, ou seja, entre a faixa etária de 14 anos ou mais, que não estão trabalhando (IBGE, s.d.). Os desempregados são especificamente referidos como desocupados, podendo estar em situação de desemprego entre aqueles que fazem parte da força de trabalho e os que estão fora da força de trabalho (OIT, 2021).

No Brasil, é utilizada a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, s.d.), com o intuído de observar o desenvolvimento socioeconômico do país, obtendo informações referente a força de trabalho. As investigações ocorrem em domicílios, são aplicadas trimestralmente e divulgados os resultados periodicamente. Atualmente, a taxa de desocupação é de 8,8% referente ao trimestre de janeiro a março de 2023. Há aproximadamente 9,4 milhões de pessoas desocupadas, houve um aumento percentual de 10,0%, o que caracteriza cerca de 860 mil pessoas, em relação ao trimestre anterior do ano de 2022 (Gomes, 2023).

Dejours (2007) distingue dois tipos de desempregados, aquele que não conseguem emprego são denominados desempregado primário, e aquele que

deseja voltar ao mercado de trabalho se reempregando é tido como desempregado crônico. Ambos passam pelo processo de dessocialização progressiva, podendo gerar sofrimento ao trabalhador, atingindo até mesmo as estruturas de sua identidade, essa crise de identidade é inerente a saúde mental (Dejours, 2007).

Portanto, com essa pesquisa pretende-se compreender o impacto do desemprego na saúde mental dos homens. Tendo em vista que o trabalho é significativo para a saúde mental e para a construção da identidade masculina. Pretende-se abordar de forma crítica as expectativas de gênero presentes no sistema patriarcal em que o homem deve ocupar o lugar de provedor familiar, a hipótese é que, neste contexto, o homem em situação de desemprego vivencia significativo sofrimento psíquico.

Isto posto, em vista da lacuna existente na produção acadêmica sobre o tema, bem como a exploração limitada de pautas sociais que tratem dos impactos do desemprego na saúde mental dos homens, notou-se a viabilidade de investigar as dimensões psicológicas diante da vivência da perda do trabalho e as implicações que a construção da masculinidade tem acerca dessa temática. Em um cenário complexo e em constante transformação tanto do mercado de trabalho, quanto do sistema patriarcal ao qual integram o contexto da sociedade contemporânea, emerge a necessidade de abordar questões referentes aos homens no campo dos estudos de gênero, visto que segmentam substancialmente a população.

Logo, o presente trabalho partirá de uma concatenação articulada entre a perspectiva psicodinâmica do trabalho e as teorias de gênero, em pretensão de analisar o impacto do desemprego na saúde mental dos homens. Considerando a importância atribuída ao valor do trabalho na vida das pessoas, especialmente no tocante aos homens, aos quais encara o trabalho como uma expressão da masculinidade.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa teórica, também conhecida como pesquisa pura, concerne a análise crítica sobre os estudos propostos. Tendo como pretensão articular novas produções acerca das complexas questões do impacto do desemprego na saúde mental dos homens, visto que estes integram boa parte da população (Zanella, 2011).

Trata-se de uma pesquisa exploratória, com o intuito de trazer contribuições acerca do fenômeno parcamente explorado. Apesar dos extensos estudos da psicodinâmica do trabalho e teorias de gênero, a articulação desses fenômenos é escassamente abordada. Dessa forma, o estudo perfaz um processo de articulação entre os estudos de gênero com a psicodinâmica do trabalho (Prodanov & de Freitas, 2013).

Foram realizados levantamentos teóricos no processo investigativo a fim de concatenar a construção da masculinidade com a atribuição do valor do trabalho para a saúde mental dos sujeitos. As fontes de busca para esta exploração foram diversas, envolvendo materiais digitais disponibilizados no acervo da biblioteca digital gratuita de São Paulo (BIBLION); Biblioteca virtual; Scielo; Academia Edu e o site PapodeHomem. Ademais, no processo de levantamento de dados, foram selecionados materiais nos bancos de dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT); Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua); Organização Mundial da Saúde (OMS); IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Para tanto, no que diz respeito aos estudos de gênero, foram incorporados às discussões os(as) seguintes autores(as): Simone de Beauvoir em suas obras “O segundo o sexo” (2016); Heleieth Saffioti em suas obras “O poder do macho” (1987) e “Gênero, patriarcado e violência” (2015); Raewyn Connell em suas obras “Masculinities” (2005), “Políticas da masculinidade” (1995), “Gênero: uma perspectiva global” (2015), “Masculinidade hegemônica: repensando o conceito” (2013); Judith Butler em sua obra “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade” (2018), Daniel Welzer-lang em seu estudo “A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia” (2001); Pedro Ambra em suas obras “O que é um homem? Psicanálise e

história da masculinidade no ocidente” (2015) e “Histeria e gênero: sexo como um desencontro” (2014); Valeska Zanello em sua obra “Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação” (2018); Fernando Albuquerque em sua tese de doutorado “Sofrimento mental e gênero: os homens e o cuidado na rede de atenção psicossocial” (2020). Estes autores, embora provenientes de contextos epistemológicos diversos, de alguma forma, compartilham pontos em comum em suas abordagens que concatenam na análise quanto ao papel da masculinidade na sociedade atual.

Quanto a análise e interpretação dos possíveis impactos na saúde mental dos homens liame ao trabalho, particularmente quando esses sujeitos vivenciam a falta do emprego, integrou-se a perspectiva psicodinâmica do trabalho. Para a presente inquirição foram utilizadas as seguintes obras de Christophe Dejours: “A banalização da injustiça social” (2007); “A centralidade do trabalho para a construção da saúde” (2016); “A loucura do trabalho: estudo da psicopatologia do trabalho” (1992); “Por um trabalho, fator de equilíbrio” (1993); “Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho” (1994); “Trabalho vivo I: sexualidade e trabalho” (2022); “Trabalho vivo II: trabalho e emancipação” (2022) e “Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho” (2011). Essas obras utilizadas foram essenciais para análise da atribuição do valor do trabalho na construção da identidade, assim como no processo de subjetivação do sujeito.

Diante disso, a escolha dos materiais se deveu às suas contribuições significativas para a compreensão dos impactos do desemprego na saúde mental dos homens.

3 SUJEITOS DO SEXO, RELAÇÕES DE GÊNERO E PODER: A CONTRUÇÃO DA MASCULINIDADE NO SISTEMA PATRIARCAL

A compreensão de “homem” e “mulher” é intricada e multifacetada, abarcando não apenas as dimensões biológicas, mas também as construções sociais e culturais. Em um âmbito biológico, a definição clássica de homem remete àquele indivíduo com cromossomos XY, com órgãos sexuais masculinos e características físicas descritas como “masculinas”. E por outro lado, a mulher é frequentemente identificada como alguém com cromossomos XX, com órgãos sexuais femininos e com características femininas (Beauvoir, 2016).

Entretanto, é crucial destacar que essa distinção biológica não captura toda a complexidade da identidade humana. Há múltiplas diversidades presentes na espécie humana contrastada com a histórica tendência de categorizar as pessoas por um sistema binário, perfazendo as construções sociais e culturais. Essa construção pressupõe apenas duas existências no contexto biológico, categorizando dicotomicamente entre masculino e feminino (Beauvoir, 2016).

Beauvoir (2016) destaca que a mulher não é definida pela biologia, mas sim pela maneira como é socialmente interpretada e tratada. E assim, por sua vez, num contexto social nesse mesmo arranjo, o homem normalmente é associado a características como força, racionalidade, independência e assertividade, enquanto à mulher são atribuídas características como delicadeza, sensibilidade, empatia e habilidades domésticas. E essas expectativas podem ser limitantes, restringindo a expressão individual e impondo papéis pré-determinados (Connell, 2005).

Beauvoir (2016) desvenda como a cultura e a sociedade moldaram a identidade feminina como o “Outro”, sempre em relação ao homem, em um sistema que perpetuou a noção de inferioridade. Esse “Outro” foi historicamente retratado como passivo, frágil e submisso, enquanto o homem foi colocado como padrão de medida, detentor de poder e da autoridade. Na medida em que discrimina a mulher, a reduzindo a um papel meramente

reprodutivo, materno, sexual e habilidades domésticas, sendo determinada em relação ao homem definindo uma relação de subordinação (Beauvoir, 2016).

Simultaneamente, essa construção da inferioridade feminina e da superioridade masculina tem sido uma narrativa fortemente enraizada na sociedade. Esses conceitos, moldados por construções sociais e históricas, permearam diferentes aspectos da vida cotidiana e influenciaram as estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais. As mulheres são ensinadas desde muito jovem que precisam agradar os homens, e que em todo momento devam ser submissas aos homens. A idealização social para as mulheres é que renunciem sua autonomia e liberdade, e não se afirmem como sujeito (Beauvoir, 2016).

Paralelamente a isso, a afirmação da identidade masculina decorre a partir do controle da sexualidade e do corpo feminino (Albuquerque, 2020). Essa sujeição à figura masculina sucede a compreensão de que o homem é sujeito e a mulher aparece como objeto, o vazio; este vazio é preenchido pela maternidade, em que a mulher desempenha o papel exíguo como fêmea (Ambra & Silva Junior, 2014).

Além disso, para se reafirmar como uma “mulher de verdade”, transcende as esferas da sexualidade e maternidade, mas aceita ocupar o papel do Outro, pois esse lugar é o que se compreende ser mulher no contexto dos papeis sociais. Recusar-se estar nesse lugar seria desleal à sua cumplicidade ao homem. Ainda que lhe tragam implicações, estar neste lugar lhe é conveniente, especialmente no âmbito econômico, onde, materialmente este homem se encarrega de suprir todas as necessidades não só da mulher, como de toda sua família (Beauvoir, 2016).

Progressivamente “quanto mais poderoso se sente o homem, social e economicamente, mais se vale da autoridade do pater famílias” (Beauvoir, 2016, p.141). O “Pater famílias” é um conceito latino que se traduz na língua portuguesa como “Pai de família”. No período da Roma Antiga o pater famílias era o chefe absoluto no âmbito familiar, a pessoa que tinha o controle sobre todos os outros familiares, por exemplo, a esposa e os filhos. Era o homem que possuía o poder aquisitivo, sendo o único proprietário dos bens da família, ele

quem provia e tomava as decisões pela família. Essa dinâmica sistêmica do “Pater famílias” é oriundo do sistema patriarcal (Beauvoir, 2016).

Saffioti (1987), destaca que o patriarcado surgiu como um sistema social que se originou historicamente, ao qual marcou as transições de uma sociedade mais igualitária para estruturas hierárquicas, e essa mudança esteve frequentemente ligada à acumulação de propriedade, à agricultura e à emergência de estruturas de poder centralizadas (Saffioti, 2015; Saffioti, 1987).

O patriarcado, configura a manutenção das relações de dominação e poder, e está presente nas diversas esferas da sociedade, como as instituições familiares, religiosas, políticas e organizacionais. Saffioti (2015) examina como essas estruturas reforçam uma construção de normas de gênero, perpetuando a desigualdade e a subordinação das mulheres e outras identidades de gênero. Essa construção se dá através da organização do patriarcado, cuja representações da masculinidade e feminilidade estabelece predominantemente a hierarquia e subordinação das relações de gênero (Ambra & Silva Junior, 2014).

Saffioti (1987) descreve que o sistema patriarcal não afeta somente as mulheres e toda população que não se enquadra na configuração do ser homem. Ainda que o homem desfrute de múltiplas formas de privilégio, ele também é afetado por diversas maneiras.

O sistema patriarcal dispõe de diferentes formas de privilégios masculinos, mas a que custo?. Saffioti (2015, p.37) faz o seguinte questionamento “o machismo favorece sempre os homens?”. A autora traz uma análise crítica que nos faz refletir os impactos do patriarcado na vida das pessoas. Considerando que não somente as mulheres e as demais pessoas que fazem parte da minoria dominada e explorada são afetadas pela organização desse sistema, mas também os homens, embora usufruam de privilégios, enfrentam desafios e encargos.

Nesse contexto, o percurso histórico das lutas feministas em prol aos direitos das mulheres, buscou-se alcançar uma sociedade mais equitativa, empenhando-se na reconfiguração do sistema patriarcal. Ao longo do tempo houve grandes avanços como a conquista ao acesso à educação, promovendo

oportunidades educacionais em diversos níveis. Os movimentos feministas contribuíram também na inserção das mulheres no mercado de trabalho (Zanello, 2018). Todavia, o “presente envolve o passado e no passado toda a história foi feita pelos homens” (Beauvoir, 2016, p.17). Mesmo que se tenha significativas conquistas ao decorrer dos anos, o patriarcado ainda é um sistema sólido na estrutura das organizações sociais e econômicas.

Nesse sentido, Saffioti (2015) perfaz que o patriarcado é um grande propulsor das diversas diferenças entre os gêneros que presenciamos até hoje. Foi diante a concepção do patriarcado que se perpetuou as noções específicas sobre qual era o papel do homem na sociedade, e houve o controle dos recursos, a liderança e a autoridade foram associados ao conceito de masculinidade, estabelecendo um modelo normativo que persiste em diferentes formas até os dias de hoje (Moreira, 2023).

Dessa forma, é importante que se explore as raízes do patriarcado, um sistema que historicamente estruturou e reforçou desigualdades de gênero. O patriarcado moldou não apenas as expectativas sobre as mulheres, mas também influenciou profundamente as concepções de masculinidade, naturalizando as relações de poder e dominação (Saffioti, 1987).

Essas construções sociais interagem e se entrelaçam, formando um tecido complexo que perpetua desigualdades em contextos sociais e econômicos. Nessa direção, atrela-se a divisão de trabalho, relegando às mulheres os papéis domésticos e áreas de atuação em diversas vezes que remetem ao cuidado, por exemplo, o campo da enfermagem, psicologia, entre outros. Por outro lado, os homens atribuíram-se ao âmbito profissional de forma mais ampla, de maneira que se tem uma reflexibilidade maior no tocante às áreas de atuação, inclusive em certas vezes assumindo cargos de poder. O patriarcado perdura as disparidades econômicas ao restringir o acesso das mulheres as oportunidades educacionais, trabalhos decentes com boa remuneração e cargos de liderança (Saffioti, 1987; Zanello, 2018).

Para tanto, a fusão entre o sistema patriarcal e o sistema capitalista concerne as relações sociais e de trabalho. O sistema organizacional se estratifica em classes sociais, e, nesse contexto, no que concerne aos homens

obtentores da força de trabalho, ratifica a exploração dos trabalhadores, abarcando os homens a condições precárias de trabalho, salários baixos, etc (Dejours, 2007; Saffioti, 1987; Zanello, 2018).

Ambos os sistemas persuadem a competividade, onde os próprios homens buscam alcançar constantemente posições de poder, seja no âmbito das relações sociais ou no contexto laboral. Os homens são educados desde a infância para serem os mais fortes e os chefes, há um sofrimento dos que temem não atender as expectativas impostas. De modo que sua virilidade é validada a partir do reconhecimento do outro, pela comunidade dos homens viris (Saffioti, 1987; Zanello, 2018).

Zanello (2018) destaca que as performances das virilidades se firmam em diversos âmbitos, incluindo a virilidade laborativa, termo utilizado pela autora para designar o que ela descreve como dispositivo de eficácia, onde os homens constantemente reafirmam sua masculinidade. A virilidade laborativa empregada pelos homens performa a virilidade no contexto no universo laboral.

A virilidade laborativa se concatena ao papel de liderança predominantemente em que o homem assume a responsabilidade de provedor e chefe do lar. Em vista da expectativa de que um “verdadeiro homem” deve ser capaz de prover e liderar sua família (Zanello, 2018).

A construção social do que é ser homem e ser mulher é moldada por normas, expectativas e valores culturais que variam consideravelmente ao redor do mundo e ao longo do tempo. Diante disso, faz-se um movimento de lutas e questionamentos visando o reconhecimento da ampla diversidade de corpos e sujeitos que transcende as simplificações das diferenças biológicas, já que essa concepção determinista biológica binária não é natural, mas social (Butler, 2018). Além disso, a justificativa da superioridade masculina com base nas dicotomias orgânicas mostrou-se contestável, de modo que essas determinações foram construídas a partir da história e da cultura (Ambra, 2015).

As noções de masculinidade e feminilidade são frequentemente influenciadas por diversos fatores, sendo eles sociais, culturais, contextuais e outros (Butler, 2018; Connell, 2005). Dessa forma, a sociedade se estrutura em

conceitos normativos que estão presentes em diferentes esferas da sociedade, na religião, educação, política etc. Essas afirmações normativas são determinadas como consenso social, estabelecendo assim as relações de poder (Scott, 1995).

Em vista disso, Connell (2005) enfatiza que a compreensão das masculinidades deve ir além de uma abordagem unidimensional, considerando as interseções com outras identidades sociais. A autora descreve que existem múltiplas masculinidades, as quais podem ser produzidas no mesmo ou em diferentes contextos sociais e culturas. Em termos gerais, a concepção da "masculinidade é uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero" (Connell, 1995, p.188). Essa posição em sua maioria se estabelece por relações de poder.

A construção das masculinidades a partir dos moldes sociais normativos atravessa o imaginário social da idealização da virilidade masculina, ancorada na masculinidade hegemônica (Connell & Pearse, 2015). Em seu livro intitulado como "Masculinities", publicado inicialmente em 1995, Connell (2005) destaca que a masculinidade hegemônica é a configuração predominantemente mais aceita de masculinidade, visto como padrão cultural e normativo que sustenta a estrutura das relações de poder. Esse conceito se estrutura em um modelo branco, cisgênero e heteronormativo. (Connell & Pearse, 2015; Zanello, 2018).

Conforme Connell (2005) delineia o conceito de masculinidade hegemônica representa o ideal culturalmente dominante de masculinidade em uma sociedade. Ela argumenta que a masculinidade hegemônica não é apenas uma descrição das características individuais, mas um padrão socialmente construído que reforça as hierarquias de gênero atravessada por gerações.

Sob uma análise crítica, desde a infância, os meninos são ensinados a construir uma identidade masculina baseada em atributos como força, dominação e ausência de sensibilidade. A expressão emocional e afetiva não podendo vir à tona, isto é, a manifestação natural dos sentimentos são muitas das vezes suprimidos. Subsequentemente tem-se capacidade limitada de identificar sentimentos ou nomeá-los, produzindo consequências, como a utilização da violência como linguagem. Essa linguagem agressiva pode

permear vários setores da vida do sujeito, contribuindo para estatísticas preocupantes como homicídios, acidentes e suicídios. Esses eventos, muitas vezes multifatoriais, têm uma parcela significativa atribuída a socialização que promove padrões prejudiciais da masculinidade (Welzer-Lang, 2001).

Dessarte, nesse seguimento decorre a presença de conflitos internos em ter que atender aos estereótipos do ser homem. Isso por que “abafamos a humanidade que existe nos meninos, enclausurando-os numa jaula pequena e resistente. Ensinamos que eles não podem ser fracos ou se mostrar vulneráveis, precisam esconder quem realmente são” (Adichie, 2015, p.29).

No ano de 2019, o documentário brasileiro “O silêncio dos homens” elaborado por iniciativa do Instituto Papo de Homem (PdH), composto por mais de 500 homens em todo o mundo, abordando e desenvolvendo pautas relacionadas as diferentes masculinidades e as possibilidades de transformações dos homens. Tendo apoio institucional da Organização das Nações Unidas (ONU), das mulheres e da Campanha Eles por Elas, apresentaram pesquisas realizadas pelo Instituto PdH, com o intuito de apresentar os resultados obtidos dos estudos acerca das masculinidades. Nesse contexto, o silêncio entre os homens, muita das vezes direcionados a reprimir seus sentimentos e emoções para afirmarem sua masculinidade, produzem impactos diversos (INSTITUTO PAPO DE HOMEM, 2019, online).

Durante os estudos conduzidos a fim de evidenciar os efeitos da masculinidade, mais de 20.000 homens foram ouvidos, sendo que maior parte dos envolvidos afirmam ter o pai como principal referência de masculinidade, mas só 1 em cada 10 homens já conversou com o pai sobre o que significa ser homem (INSTITUTO PAPO DE HOMEM, 2019, online).

De acordo com o Instituto PdH (2019) cerca de “6 em cada 10 homens afirmam lidar hoje com distúrbios emocionais em algum nível. Muitos ainda não diagnosticados, pois evitam buscar ajuda. Os mais comuns são: ansiedade, depressão, vício em pornografia e insônia” (INSTITUTO PAPO DE HOMEM, 2019, online).

Os resultados apontaram, em relação ao ensino que receberam, os seguintes valores: ser bem-sucedido profissionalmente (85%); não se

comportar de modo que pareçam femininos (78%); ser fisicamente forte (73%); ser responsável pelo sustento financeiro da família (67%); não expressar emoções (60%) (INSTITUTO PAPO DE HOMEM, 2019, online). Se por um lado, perde-se muito tempo dizendo às meninas que elas não podem sentir raiva ou ser agressivas ou duras, por outro os meninos são elogiados e perdoados pelas mesmas razões (Adichie, 2015). A cultura ensina as mulheres a verbalizarem e identificar melhor os sentimentos. Os homens são ensinados a reprimi-los. Com isso, ele demonstra de forma violenta, essa é a via para expressar seus sentimentos (Welzer-Lang, 2001; Zanello, 2018). Nesse contexto, os resultados das pesquisas mostraram que 2 em cada 10 homens disseram não ter tido exemplos práticos de como lidar com suas emoções (INSTITUTO PAPO DE HOMEM, 2019, online).

Estes estereótipos perpassam as representações idealizadas da masculinidade. Embora tenha suas raízes em um contexto predominantemente branco e cisgênero, nota-se também a imposição desses estereótipos a pessoas trans e não brancas. Indivíduos enfrentam a pressão de se adequarem a um padrão predefinidos para serem socialmente reconhecidos como homens (Almeida, 2019; Albuquerque, 2020).

Seguindo a fala do coordenador nacional do Institudo Brasileiro de Transmasculinidades – IBRAT, Lam Matos: “Quando entramos no território da masculinidade não heterossexual e não branca a prisão triplica a sua potência. Para o homem gay a masculinidade é quase que vetada simbolicamente” (INSTITUTO PAPO DE HOMEM, 2019, online). Um homem preto trans, traz a seguinte colocação na entrevista do documentário:

> Quando eu me coloco como homem dentro da sociedade, a sociedade me cobra uma postura de homem. Me é cobrado “você não pode chorar”. Eu me vejo obrigado a seguir um padrão para ser aceito como homem. [...] A condição do homem negro, em que antes de tudo ele é negro e sempre terá que correr atrás do “prejuízo” em relação ao que se pode fazer para ocultar esse lugar do ser negro. E aí tenta-se constituir-se aproximando do homem, do branco (INSTITUTO PAPO DE HOMEM, 2019, online).

Nenhuma identidade de gênero é verdadeiramente livre de normas sociais, todas estão submetidas a um conjunto de expectativas e pressões culturais (Butler, 2018). Buttler (2018), em sua obra intitulada “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”, argumenta que o gênero não é

um estado fixo, mas sim uma performance social, uma série de ações repetidas que solidificam uma identidade. Essas performances são influenciadas pelas normas sociais e culturais que moldam nossas identidades de gênero. E a partir dessa perspectiva, ela destaca que a ideia de gênero é uma construção cultural que alega ser inerente ao corpo, mas é, na verdade, uma prática regulada pelas normas sociais (Butler, 2018).

Concomitantemente, os homens adotam comportamentos historicamente definidos como masculino como forma de reafirmar sua masculinidade, ao mesmo tempo em que se afastam de comportamentos associados às mulheres, percebidos como opostos. Essa dinâmica contribui historicamente para a segregação sexual. Adicionalmente e à educação, desempenham papéis interligados as instituições políticas e econômicas. Todos esses sistemas fazem parte e estão interligados a organização social e na construção de gênero (Butler, 2018; Scott, 1995).

É evidente de que as questões de gênero, raça, sexualidade não podem ser compreendidas de forma erma. As construções sociais e históricas moldaram as normas e expectativas que alteram a vida das pessoas, levando desigualdades complexas e ajoujadas. Ratificam a regulação da persistência das desigualdades em diversas esferas da sociedade, desde o mercado do trabalho, onde as mulheres continuam ganhando menos do que os homens em muitos casos, até a representatividade política e o acesso a oportunidades educacionais. Ao examinar as desigualdades sociais, observa-se que as estruturas sociais se sobrepõem, criando uma multiplicidade de opressões para indivíduos que estão em posições socialmente marginalizadas, como por exemplo os homens trans, os quais não fazem parte do binário tradicional (Connell & Pearse, 2015; Moreira, 2023; Zanello, 2018).

Nesse sentido, a busca pela igualdade de gênero, racial e de orientação sexual não pode ser dissociada da compreensão da interseccionalidade. É somente ao reconhecer e agir sobre as intersecções entre essas identidades que se pode avançar em direção a uma sociedade mais igualitária, respeitosa e acolhedora para todos os indivíduos, independentemente de suas complexidades (Akotirene, 2019; Connell & Pearse, 2015)

A interseccionalidade de identidades, especialmente para um homem transexual e negro, revela a sobreposição e interconexão dos preconceitos relacionados à sexualidade, gênero, raça. Esse indivíduo enfrenta uma série de desafios que emergem da interação complexa entre esses fatores. As estruturas sociais limitadoras perpetuam não apenas o preconceito de gênero e de raça, mas também a marginalização da identidade trans. A experiência do homem transexual e negro é moldada por uma série e normas e expectativas sociais que o colocam em uma posição de desvantagem em múltiplos aspectos (Akotirene, 2019; Almeida, 2019; Butler, 2018).

Em suma, faz-se necessário uma análise crítica das estruturas sociais, permitindo a compreensão da inter-relação entre diferentes formas de opressão, o que se alinha com a compreensão de que os preconceitos enfrentados por esse homem são resultantes da intersecção entre gênero, raça e identidade trans. Ao considerar a intersecção de identidades, torna-se possível compreender a diversidade de experiências que moldam as multiplicidades de fatores identitários. Nesse sentido, a interseccionalidade desafia a noção de homogeneidade entre os homens. Diversamente, reconhece que as vivências das masculinidades se entrelaçam com outras dimensões de identidade, emergindo em uma variedade de trajetórias masculinas (Akotirene, 2019; Almeida, 2019; Connell & Pearse, 2015).

As pressões para seguir em conformidade com as normas surge de diversas fontes, incluindo o sistema familiar, estruturado pelas normas sociais, assim como no mercado de trabalho, sendo parte integrante da construção de gênero (Zanello, 2018). Atualmente, a conjuntura familiar vem sofrendo grandes transformações. Hoje existem múltiplas parentelas. Entretanto, no imaginário, permanece o ideal social do contexto familiar patriarcal formado pelo casal heterossexual (Moreira, 2023; Welzer-Lang, 2001).

As representações midiáticas, por exemplo, frequentemente reforçam estereótipos de gênero, e demais narrativas reforçam a ideia de uma hierarquia de gênero, perpetuando a visão de superioridade masculina (Zanello, 2018). Os homens se mantem no status de poder, seja como pai ou marido, o provedor e/ou chefe familiar. O poder patriarcal tem relegado às mulheres uma posição de subordinação (Moreira, 2023).

Essas questões atravessam as esferas das relações sociais e de gênero, concatenam ao cenário laboral, de maneira que esses sistemas de dominação e poder também perpassam no mundo do trabalho. Com isso, a seguir será abordado no tocante ao mundo do trabalho e o cenário do desemprego, bem como o trabalho enquanto papel fundamental na construção da identidade e saúde mental do sujeito.

4 UNIVERSO LABORAL E O PANORAMA DO DESEMPREGO: INVESTIGANDO A INTERSEÇÃO ENTRE TRABALHO E SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR ATRÁVES DA ABORDAGEM PSICODINÂMICA DO TRABALHO

Neste capítulo, abordam-se dois tópicos egrégios. O primeiro destaca um histórico breve do mundo do trabalho, abordando as transformações ocorridas até os dias atuais que implicaram na ascensão do desemprego. O segundo tópico explora a teoria psicodinâmica do trabalho, apresentando contribuições da perspectiva para análise relacional entre o trabalho e a saúde mental do trabalhador.

4.1 Um lacônico percurso acerca do mundo do trabalho e o cenário do desemprego estrutural

Há diversas interpretações no que concerne a compreensão do significado do trabalho. A origem da palavra trabalho remonta ao latim “tripalium”, empregado nas sociedades antigas para se referir a instrumentos agrícolas formados por “três paus aguçados, algumas vezes ainda munidos de pontas de ferro, no qual os agricultores bateriam o trigo, as espigas de milho, o linho, para resgatá-los e esfiapá-los” (Albornoz, 1994, p.10).

Segundo o antropólogo James Suzman (2022), as transformações do cenário laboral são inerentes ao progresso humano, estando estritamente ligados ao desenvolvimento social e econômico. Nessa perspectiva, nos primórdios da humanidade, a configuração do trabalho condizia com a construção manual de ferramentas para caça, pesca e agricultura. A divisão de trabalho nesta época era parca, visto que as tarefas tangiam a subsistência de todos. Com isso, todos de alguma forma colaboravam com algum afazer (Suzman, 2022).

Adiante, a coletividade se enfraquece, em vista das mudanças e o estabelecimento das relações estruturais de poder. Nesse cenário, percebe-se a exploração de alguns indivíduos pelos seus semelhantes, isto é, a exploração dos homens por outros homens. Logo, na Antiguidade o trabalho escravo era crucial para economia. Com a finalidade da concentração de riquezas,

estribado na força e coerção, os senhores detinham poder sobre a vida dos escravos. A concepção de trabalho se referia as atividades braçais e/ou manuais feitas pelos escravos, a política e atividades dos cidadãos não eram vistas como trabalho (Suzman, 2022; Zanelli, Borges-Andrade & Bastos, 2014).

Com o passar do tempo, houve mudanças na estrutura das sociedades, bem como na economia, provenientes com a Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX. O mercado de trabalho teve drásticas transformações, com os avanços tecnológicos, incorporou-se a maquinofatura, na qual as máquinas assumiram o lugar das tarefas antes realizadas manualmente. Paralelamente a isso, a concatenação do processo de urbanização, com a migração dos trabalhadores do campo para as cidades, diante das instalações de grandes indústrias. Os trabalhadores operários eram quem manuseavam as máquinas (Alves, 2013; Marx, 2015; Singer, 2012).

Com isso, se teve o excesso de mão de obra disponível. Essas transformações reforçaram a exploração na organização e gestão do trabalho, de tal maneira que se ampliou as formas de aumento da produtividade e com isso a pressão e cobranças dos trabalhadores sobre as produções em massa. Portanto, o modelo de exploração passa ser pela mão de obra dos operários. Contudo, a oferta de empregos não era o suficiente para a demanda, o que resultou em uma parcela significativa da força de trabalho desocupada (Alves, 2013; Singer, 1999; Zanelli, Borges-Andrade & Bastos, 2014).

Concomitantemente, observa-se o estabelecimento do capitalismo industrial, seguido por uma transformação na abordagem em relação ao trabalho, resultando, assim, em implicações nas estruturas organizacionais (Albornoz, 1994; Marx, 2015). De acordo com Marx (2015), o capitalismo se baseia na propriedade privada dos meios de produção, buscando os lucros e a atribuição de recursos através do mercado. Posto isto, o trabalho passa a ser compreendido como uma categoria social em que por meio da produção material é que se pode diferenciar o humano dos outros animais.

No percurso histórico da concepção do trabalho, o sistema econômico capitalista passa por diversas crises e tentativas de superação. No decurso do século XIX, foram estabelecidas diversas organizações de trabalho que concatenaram a alienação do trabalhador. Nas circunstâncias do capitalismo, as dinâmicas ascendentes da conjuntura das relações de poder, configura o

trabalho como mercadoria, resultando na situação em que indivíduos desprovidos dos meios de produção vendiam a força de trabalho como mercadoria de troca. Essa estrutura sistêmica reforça as relações de classes e exploração, uma vez que os trabalhadores precisam vender sua força de trabalho para sobreviver, enquanto proprietários dos meios de produção lucram com a força de trabalho dos trabalhadores (Marx, 2015).

Dessa forma, o trabalho passa a ser central a vida do indivíduo, uma questão de sobrevivência, tendo o trabalhador o dever de cumpri-lo. Com isso, é exigido a dedicação máxima do trabalhador, dispondo de culminante produtividade em ritmo acelerado e a qualificação ao trabalho. Essa qualificação se intensifica no período da Segunda Revolução Industrial (1850-1870), posto que se tinham divisões de tarefas especificas de produção, tendo a necessidade do trabalhador se especializar em determinada tarefa (Mészarós, 2011; Singer, 1999; Singer, 2012).

Diante disso, surgem diferentes formas de organização do trabalho para que o trabalho nas fábricas se tornasse mais eficiente. Um deles foi o modelo Taylorista, criado por Frederick Winslow Taylor (1856-1915), com o intuito de racionalizar o trabalho e aumentar a produtividade. Outro modelo que teve grande destaque no mundo do trabalho foi o Fordismo, desenvolvido por Henry Ford (1863-1947). Este modelo seguia o mesmo mecanismo de organização e produção do taylorismo, o que distinguiu foi a adoção das esteiras rolantes, visando diminuir o tempo de trabalho, bem como os custos e o aumento da produtividade. A concepção de trabalho foi caracterizada pela hierarquia e subordinação, exacerbando o processo de alienação e exploração (Antunes, 2009; Mészarós, 2011; Zanelli, Borges-Andrade & Bastos, 2014).

Tais modelos de produção industrial impulsionaram o processo de globalização, implicando a impulsão dos avanços tecnológicos, bem como os avanços do meio de comunicação e comércio em escala global. Essas transformações foram impactadas e impactaram significativamente os aspectos sociais, políticos e econômicos e como parte disso o mundo do trabalho (Singer, 1999; Zanelli, Borges-Andrade & Bastos, 2014).

Nesse contexto de transformações no cenário laboral, começam-se a pensar no direito à vida dos trabalhadores com os movimentos sindicais, mesmo em face das condições de vida e de trabalho estivessem longe de

serem ideais (Antunes, 2009; Dejours, 1992). Houve crescimento na organização dos trabalhadores a fim de resistir a exploração no espaço da fábrica, para isto, surgiram movimentos de greves gerais. Com as organizações sindicalistas conseguem-se projetos de leis que asseguram os direitos dos trabalhadores a condições melhores de trabalho (Antunes, 2009).

Todavia, os movimentos sindicais foram equânimes a atribuição do sofrimento psíquico dos trabalhadores como pauta de causa central decorrente do trabalho, arrazoando que poderia comprometer o progresso dos movimentos sindicais. A desqualificação do sofrimento tinha um discurso que preconizava a tolerância à adversidade do padecimento. Tal discurso evidenciou a “indiferença pelo sofrimento psíquico dos que trabalham abriu caminho portanto à tolerância social para com o sofrimento dos desempregados” (Dejours, 2007, p.40). A ausência de uma reação coletiva diante das dificuldades sociais e psicológicas advindos do mundo do trabalho, foi, assim, precedida por uma decisão deliberada da abstenção dos impactos da vivência da falta do trabalho na saúde mental dos trabalhadores (Dejours, 2007).

Todas essas mudanças foram significativas, de forma que o ponto central não era mais impulsionar a promoção da direção e a gestão, historicamente proeminentes ao mercado de trabalho, mas descredenciar as preocupações no tocante ao trabalho. Dado que sua posição central é questionada também no cenário econômico, social e psicológico (Dejours, 2007). Além disso, o desenvolvimento econômico, social e tecnológico está diretamente ligada ao mundo do trabalho. A automação, mudanças tecnológicas e a globalização fruíram grandes transformações no mundo do trabalho influenciando fatores como o desemprego (Antunes, 2018).

Posto isto, uma das influências no alto índice de desocupação ocorreu em meados da década de 30, eclodiu a maior crise econômica daquela época denominada a Grande Depressão. Com os desdobramentos ligados a Segunda Guerra Mundial geraram grandes impactos no mundo do trabalho, culminando em níveis elevados de desemprego em todo o mundo (Zanelli, Borges-Andrade & Bastos, 2014).

Posteriormente, durante a década de 1990, no Brasil, houve o advento da terceirização trabalhista e a predominância das políticas neoliberais,

culminando na concentração de renda (Antunes, 2009). A expansão da terceirização em escala global intensificou a competitividade, com a busca incessante pelo melhor preço, produto e em menor tempo de produtividade. Essa dinâmica resultou em pressões salariais, bem como em condições árduas e jornadas extenuantes de trabalho. Além da ascensão do desemprego, implicando diretamente na saúde dos trabalhadores (Antunes, 2018).

Ademais, a partir da virada do século XX para o século XXI, ocorre a reorganização do modelo empresarial, marcada pela intensificação dos mecanismos de precarização do trabalho. Isso culminou no declínio da crise estrutural, resultando na demasia do desemprego estrutural de forma global, devido as tendências do capitalismo. Paralelamente, sucedeu um grande desenvolvimento do domínio tecnológico, informacional e digital por parte de corporações e grandes empresas, acompanhado pela ascendência da terceirização do trabalho e a subutilização. A subutilização refere-se à condição em que pessoas trabalham menos horas que desejam e ganham menos do que precisam para sobreviver. Com isso, buscam oportunidade de empregos, mas não conseguem obter mais horas de trabalho, exacerbando desafios socioeconômicos decorrentes dessas mudanças estruturais (Antunes, 2022; Machado, Giongo, & Mendes, 2016).

Isso constitui um individualismo de maneira que o sujeito não compreende que o que o afeta, também afeta outras pessoas (Severo, 2021). Para Antunes (2018), é “neste século XXI, o desafio maior é dar sentido autoconstituinte ao trabalho humano de modo a tornar a nossa vida fora do trabalho também dotada de sentido” (Antunes, 2018). Visto que o sujeito é primeiramente percebido como trabalhador e somente após como um sujeito. A centralidade do trabalho passa a ocupar as relações sociais e essa é uma razão pela qual a perda do emprego é algo tão preocupante (Severo, 2021).

Isto posto, a crise laboral provocou impactos expressivos nas famílias mais vulneráveis, para as quais o trabalho representa a única fonte de renda e subsistência. Com isso, as consequências são devastadoras, e mesmo diante do aumento das oportunidades de emprego, os esforços para reparar as perdas sofridas enfrentam obstáculos. Isso decorre da persistência da “escassez de emprego e horas de trabalho soma-se aos níveis persistentes de

desemprego, subutilização da mão de obra e condições precárias de trabalho anteriores à crise" (OIT, 2021).

O capitalismo até os dias atuais tem se tornado cada vez mais destrutivo. Antunes (2022) traz como reflexão a pandemia da COVID-19, período em que mais de 5 milhões de pessoas morreram e até hoje não teve totalmente o seu fim. Atualmente, o registro de casos mais recentes relatados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (2023) no final de dezembro de 2023, foi de 141,1 mil casos de COVID-19 no mundo.

A OIT (2021) destaca que a pandemia representou para o mercado de trabalho a ascensão das desigualdades pré-existentes e a falta de emprego decente. O termo emprego decente refere-se a uma expressão com o escopo de fomentar a criação de oportunidades para homens e mulheres participarem de atividades laborais de qualidade, tendo a liberdade, equidade, segurança e dignidade humana. Esse conceito é considerado uma condição fundamental para superar a pobreza, mitigar as desigualdades sociais, assegurar a governabilidade democrática e promover o desenvolvimento sustentável (DIEESE, 2023).

Segundo Antunes (2022), outro fator que impactou o alto índice de desemprego foi a legalização do trabalho intermitente, sendo este o trabalho dos motoristas de aplicativos ou entregadores do iFood, por exemplo. Esses sujeitos compram um veículo ou o alugam e utilizam como meio do trabalho. Dessa forma, para deixar a configuração de assalariado, as empresas ao invés de nomeá-los como trabalhador, proletariado ou assalariado passam a chamá-los de empreendedores ou colaboradores. Todavia, o cenário pandêmico da COVID-19 "parece ter comprometido essa nomenclatura: "colaboradores" estão sendo demitidos aos milhares e os "parceiros" podem "optar" entre reduzir os salários ou conhecer o desemprego" (Antunes, 2020).

Outrossim, é nesse contexto de crise econômica, social e política que a uberização como descreve Antunes (2022), veda as relações de assalariamento e a exploração do trabalho, tornando as relações de trabalho "cada vez mais individualizadas, invisibilizadas, assumindo, assim, a aparência de prestação de serviços" (Antunes, 2022). Tem-se então a idealização da falsa liberdade individual, uma nova morfologia do trabalho incorporado no

trabalho terceirizado e na informalidade o resultado dessas tendências é o forte aumento dos bolsões de trabalhadores desempregados (Antunes, 2018).

A falsa ideia da liberdade individual permite “a completa desconexão do indivíduo com a sua condição de ser social e, ao mesmo tempo, o torna “proprietário de si mesmo” (Severo, 2021, online). Para isto, Antunes (2018) afirma que “é essa processualidade contraditória, presente no ato de trabalhar, que emancipa e aliena, humaniza e sujeita, libera e escraviza” (Antunes, 2018).

Conforme Severo (2021) destaca:

> Tratar da relação social de trabalho como vínculo de emprego é uma tentativa de conformar a troca entre capital e trabalho - que se materializa como uma espécie perversa de compra e venda em que a vida humana é reduzida à condição de mercadoria – sob limites que não apenas limitam a reprodução da força de trabalho enquanto tal, mas também criem condições (de tempo, manutenção física e psíquica de convívio social) para que a própria relação seja problematizada e concebida sob novo prisma.

Todos esses desenvolvimentos históricos se deram de formas diferentes em cada país, ainda que com suas similaridades. O mercado de trabalho foi profundamente afetado por essas transformações. No Brasil, as desigualdades traçam regiões e a economia mantendo uma alta taxa de desemprego (Zanelli, Borges-Andrade & Bastos, 2014). As desigualdades apresentam facetas de classe, raça e gênero. Referida nas sociedades contemporâneas, evidencia-se a segregação racial no contexto laboral, onde os grupos minoritários frequentemente ocupam posições mais precárias ou insalubres, além de receberem remunerações inferiores as pessoas que se encontram em posições privilegiadas (Almeida, 2019).

Segundo a pesquisa feita pela PNAD Contínua no segundo trimestre de 2023, o registro do rendimento médio das mulheres negras revelou que estas ganharam 38,4% menos do que as mulheres não negras, 52,5% menos do que os homens não negros e 20,4% menos do que os homens negros. No que concerne aos homens negros, estes ganharam 40,2% a menos do que os homens não negros e 22,5% a menos do que as mulheres não negras (IBGE, 2023).

Para além disso, os negros partem em sua maioria da população em situação de desemprego. A taxa de desocupação no terceiro trimestre de 2023 foi de 9,5% referentes aos negros, enquanto os não negros chegaram a 6,3%. Cerca de 11,7% das mulheres negras e 7,0%, das mulheres não negras se

encontram em situação de desemprego. Os homens por sua vez, 7,8% negros e 5,7% não negros da população vivenciam o desemprego no Brasil (IBGE, 2023; IBGE, 2023).

Bilhões de homens e mulheres tem o trabalho como fonte de subsistência encontram-se no flagelo do desemprego (Antunes, 2018). No Brasil, no ano de 2022 mais de 210 milhões de habitantes, sendo estes “mais de 13 milhões desempregados por desemprego aberto e em torno de 6 milhões de desempregados por desalento” (Antunes, 2022, p.2).

Os desocupados que fazem parte do desemprego aberto configuram-se nas pessoas que fazem parte da força de trabalho e estão na busca ativa pela oportunidade de emprego. Por outro lado, os desalentados estão fora da força de trabalho, são as pessoas desocupadas que desistiram de procurar trabalho. Essas pessoas, embora necessitem e estejam dispostas a trabalhar, podem vivenciar o desalento por diversas razões, como o desânimo após uma longa procura por oportunidades de emprego sem sucesso ou simplesmente pela falta de recursos financeiros para se deslocarem em busca de emprego (DIEESE, 2023; IBGE, s.d.). Somando os dois grupos o resultado chega em torno de 19 a 20 milhões de desempregados no Brasil (Antunes, 2022).

O desenvolvimento do capitalismo traz uma aparência de naturalidade acerca do desemprego. Tendo a fantasia de um “pleno emprego numa sociedade livre” (Mészarós, 2011, p.322). A saber, pensando a forma “analítica” do capital, o desemprego é estrutural, se mantem, independente dos custos humanos, visto como uma causalidade do destino (Mészarós, 2011).

Portanto, o sujeito que perdeu o emprego tem dificuldade de se organizar e agir coletivamente, em vista do peso que carrega todo o tempo diante da vivência do desemprego (Severo, 2021). A falta do emprego está ligada à exclusão, na medida em que a tentativa de denunciar o desemprego por parte do trabalhador, em lutar por meio de greves, por exemplo, depara-se com a desaprovação. O sofrimento causado pela falta de trabalho produz uma série de situações dramáticas na vida do sujeito e destarte a banalização do sofrimento (Dejours, 2007).

Assim, considerando relação do trabalho e as implicações a saúde mental dos trabalhadores, a seguir, o próximo tópico abordará as eminentes contribuições da teoria psicodinâmica do trabalho acerca dessas questões.

4.2 Trabalho e a saúde mental do trabalhador a partir da perspectiva psicodinâmica do trabalho

O percurso teórico da saúde mental no trabalho tem início após a Segunda Guerra Mundial, surge na França com o nome de psiquiatria social tendo o intuito de atender as demandas do trabalho. Com as tentativas de otimizar a produtividade e o crescimento da modernização das indústrias francesas, houve a formação de políticas de prevenção no campo da saúde. Com isso, diferentes disciplinas adotaram o trabalho como campo de estudo (Gomes, 2004; Lima, 1998).

No ano de 1952, o psiquiatra francês Paul Sivadon (1907-1992) publica um artigo em que utiliza pela primeira vez o termo psicopatologia do trabalho, neste estudo o autor ressalta a relação entre trabalho e doença mental, reconhecendo que o trabalho pode ser gerador de fatores que desencadeiam a doença mental (Gomes, 2004; Lima, 1998). A posteriori, outro psiquiatra que marcou o campo da saúde mental no trabalho foi Louis Le Guillant (1900-1968) com os estudos feitos em 1957, referentes a neurose das telefonistas. Para o psiquiatra a doença mental estava diretamente ligada a questões sociais, de modo que o meio social e a história de vida do sujeito e as condições de trabalho poderiam gerar distúrbios mentais (Gomes, 2004; Lima, 1998).

Por conseguinte, na década de 70, diante das novas formas de gestão e organização do trabalho a psicopatologia do trabalho vai buscar compreender as patologias e quais as relações e implicações que se tem com o trabalho. Nesse período, os teóricos buscaram cientificar que determinados tipos de trabalho geravam patologias mentais específicas, por exemplo, no caso das telefonistas tinham-se a aquiescência de que as trabalhadoras adoeciam de uma mesma forma já que estavam submetidas à mesma organização de trabalho (Dejours, 2022; Mendes, 1995; Zanelli, Borges-Andrade & Bastos, 2014).

Paralelamente, na década de 1980 é publicada a obra “Travail: usure mentale- essai de psychopathologie du travail”, traduzida em 1987 como “A loucura do trabalho: os estudos de psicopatologia do trabalho”, produzida pelo psiquiatra e psicanalista francês Christophe Dejours (1949). Nesse momento a psicodinâmica do trabalho ainda é chamada de psicopatologia do trabalho. Em

seus estudos, Dejours (2022) traz questionamentos acerca da psicopatologia do trabalho, indagando que não se tem nenhuma comprovação de fato que há patologias específicas de determinados trabalhos.

Diante do desenvolvimento do capitalismo industrial no século XX, com o aumento da divisão e execução do trabalho houve impactos na saúde física e mental dos trabalhadores, sendo resultado de longas jornadas de trabalho, impetuoso ritmo de produção e as precárias condições trabalhistas, seguidas pelo modelo taylorista. Dessa forma, a proposta dos estudiosos da saúde foi compreender a origem do sofrimento do trabalhador dentro do contexto do trabalho (Mendes, 1995; Mendes, 2007).

Dejours (1994) realiza um processo de ruptura com os modelos médicos e psiquiátricos clássicos, os critica por não considerarem as referências subjetivas e sócio-históricas dos sujeitos. Para o autor, é de suma importância que se considere a dinâmica do funcionamento psíquico, atrelada ao singular-coletivo. É a partir da relação social que é possível compreender a relação do trabalho e saúde mental, bem como as associações das divisões de tarefas e relações de produção descrita por Dejours como dimensão organizacional (Dejours, Abdoucheli & Jayet, 1994).

Com isso, na década de 1990, a teoria passa a ser denominada psicodinâmica do trabalho, passam-se a compreender as nuances da saúde mental do trabalho não mais somente como patológicos. Dejours (2022) sugere o termo psicodinâmica do trabalho, a partir da interdisciplinaridade de diferentes disciplinas como a psicanálise, sociologia e ciências do trabalho que vão ter um conjunto de ideias que corroboram para a formulação da abordagem da psicodinâmica do trabalho (Lima, 1998; Mendes, 2007). Dessa forma, Dejours (2022) descreve que o campo da psicodinâmica do trabalho, a priori, se configura em uma disciplina clínica e posteriormente se caracteriza como teórica, diretamente ligada à clínica.

Posto isto, se tem como destaque duas obras, a primeira é “De la psychopathologie à la psychodynamique du travail” publicado no ano de 1993, traduzida em 2004 como “Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho” e a segunda foi publicada em 1995, o livro “Le facteur humain” traduzido no ano de 1999 como “O fator humano”. Nesse momento a abordagem passa pelo processo de emancipação, tornando-se

particularmente pioneira nos estudos do campo do trabalho (Gomes, 2004; Mendes, 2007).

Nesse sentido, o trabalho é compreendido a partir de um olhar clínico que implica nos “gestos, o saber-fazer, um engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir, de interpretar e de reagir às situações; é o poder de sentir, de pensar e de inventar, etc.” (Dejours, 2022). O trabalho não circunscreve a relação salarial ou ao emprego, mas é compreendido a partir dos aspectos humanos. Segundo Dejours (2016), o trabalho é o principal meio do sujeito exercer a democracia, trabalhar envolve cooperação, a interação do sujeito com outras pessoas. É a maneira de encontrar formas mais eficazes de realizar tarefas e ser reconhecido, alcançando objetivos compartilhados.

O reconhecimento além do contexto laboral atravessa toda trajetória da vida do sujeito, visto que este antes de ser um adulto já foi uma criança. As realizações de tarefas, o aprendizado e a internalização implicam na autoconfiança e o reconhecimento de suas produções. É a partir do reconhecimento dos pais, da sociedade no processo de desenvolvimento do sujeito que infere durante a fase adulta, implicando o resto da vida do sujeito, inclusive em seu contexto laboral. Confere a busca do trabalhador por novas habilidades, seu desenvolvimento profissional, sua autoeficácia enquanto profissional (Dejours, 2022).

O sujeito referido nessa perspectiva diz respeito ao que se compreende na teoria psicanalítica. Sujeito que carrega conteúdos inconscientes que se relacionam com as situações do presente, tendo cada um uma história singular de vivências e experiências afetivas anteriores (Laplanche & Pontalis, 1991).

Nesse contexto, é por meio do trabalho que ocorre o processo de subjetivação, bem como a construção da identidade e saúde do sujeito. Desse modo, o processo de subjetivação ocorre de acordo com as situações do presente que se conectam com as histórias anteriores e as expectativas vigentes do sujeito (Dejours, Abdoucheli & Jayet, 1994; Laplanche & Pontalis, 1991). O ato de trabalhar não se trata apenas da produção, trabalhar gera transformações que constituem a subjetividade, é a realização do trabalhador em provar a si mesmo, sua própria transformação (Dejours, 2022).

Nesse sentido, Dejours (2022) ressalta que:

> O trabalho não é redutível a uma atividade de produção no mundo objetivo. O trabalho é sempre uma provação para a subjetividade, da qual essa sai sempre ampliada, engrandecida ou, ao contrário, reduzida, mortificada.

Desse modo, a partir da psicodinâmica do trabalho “a relação do homem com a organização do trabalho é a origem da carga psíquica do trabalho” (Dejours, Abdoucheli & Jayet, 1994, p.30). Dejours (1994) descreve que o trabalho tem um papel fundamental na regulação do aparelho psíquico do sujeito, sendo o homem um ser pensante. Sua relação com o trabalho não o coloca como meramente um peão das pressões organizacionais determinadas social e tecnologicamente. O sujeito tem suas próprias interpretações da sua situação e de suas condições, entrando em uma relação intersubjetiva, a qual se encontra como centro da organização do trabalho, ou seja, fundamentada pelas relações sociais de trabalho.

Nesse contexto, Dejours (1994, p.140) afirma que o sujeito:

> [...] reage e organiza-se mentalmente, afetiva e fisicamente, em função de suas interpretações, age, enfim, sobre o próprio processo de trabalho e traz uma contribuição à construção e evolução das relações sociais [...].

Paralelamente a isso, o trabalho atua como mediador da saúde, de forma que a organização do trabalho e as relações sociais são produtores do sofrimento. Nesse sentido, o trabalho é o regulador da desestabilização e da fragilização da saúde, visto que o sofrimento é inevitável e ubíquo, podendo ser transformado em criatividade, contribuindo no processo da construção da identidade e subjetivação (Dejours, Abdoucheli & Jayet, 1994).

Então, a psicodinâmica do trabalho passa a compreender dialeticamente os efeitos do trabalho no processo de subjetivação e as vivências de prazer e o sofrimento, estando intrínseco ao mundo do trabalho, compreendendo os fenômenos a partir do enigma da normalidade. A “normalidade” nesta abordagem é entendida como um estado de equilíbrio mental entre o prazer e sofrimento (Dejours, Abdoucheli & Jayet, 1994).

De acordo com Dejours (1994), o trabalho é gerador de prazer e sofrimento ao sujeito, de modo que há uma busca pela satisfação dos desejos

inconscientes, trazidos ao consciente geralmente como formas de projetos e expectativas de vida, e quando essas necessidades não são satisfatórias o sofrimento é ocasionado (Mendes, 1995).

Além disso, a origem do sofrimento advém do conexo da história de vida do indivíduo, desde as suas relações parentais infantis até as interações atuais estabelecidas pelo sujeito com sua realidade, incorporando inclusive a dinâmica no ambiente de trabalho. Em diversas ocasiões, a organização do trabalho se apresenta meramente como uma necessidade de sobrevivência e não a fonte sublimatória de prazer (Dejours, Abdoucheli & Jayet, 1994).

O conceito de sublimação foi postulado por Freud no campo da psicanálise, sendo uma forma de canalizar a energia psíquica para as atividades construtivas, de tal forma que o indivíduo busca o prazer e ausência de desprazer (Laplanche & Pontalis, 1991). Considerando a satisfação resultante dessa busca, percebe-se o trabalho como um espaço produtor de atividades de grande valor e fonte de prazer. O prazer estaria relacionado à satisfação de necessidades, tendo em vista as restrições impostas pela sociedade (Dejours, Abdoucheli & Jayet, 1994; Mendes, 1995).

Conforme Dejours (1994) aponta, quando o trabalhador não consegue elaborar o processo de sublimação de prazer, entabula o sofrimento e arguia as estratégias de defesa as quais o trabalhador utiliza para minimizar o sofrimento. Essas estratégias defensivas coletivas e/ou individuais que os trabalhadores utilizam, constituem uma relação de gratificação com o trabalho e a busca do reconhecimento, sendo este um fator essencial no processo de construção da identidade do trabalhador (Dejours, 2022; Mendes, 1995; Mendes, 2007). Dessa forma, o objetivo das estratégias consiste em encarar as pressões psicológicas do trabalho e “quando essas estratégias se estabilizam, surge o desencorajamento, a resignação diante de uma situação que não gera mais prazer, mas só sofrimento” (Mendes, 1995, p.38).

Dejours (1994) tipifica dois tipos de sofrimento, sendo o criador e o patogênico. O sofrimento criador diz respeito a movimentação da energia pulsional diante das tarefas complexas do trabalho, o trabalhador diante dos desafios e esforços para cumprir suas tarefas transforma o sofrimento em criatividade para melhor execução da produção, gerando sentimentos de realização, prazer e satisfação. Essa energia pulsional do trabalhador é

descarregada no exercício do trabalho e quando essa energia se acumula no aparelho psíquico pela falta do trabalho, como a situação do desemprego, é gerado sentimentos de desprazer e tensão.

O conceito de energia pulsional descrito nesta perspectiva é o psicanalítico. Freud descreve que o aparelho psíquico opera por meio de diferentes pulsões, no geral refere-se a carga energética psíquica que impulsiona o indivíduo em direção a um objetivo. A pulsão origina-se em uma excitação corporal, que se manifesta como um estado de tensão. Seu propósito fundamental é aliviar esse estado de tensão que se origina na fonte pulsional. Desse modo, a pulsão atribui um objeto específico a fim de atender as demandas do funcionamento psíquico. É por meio do objeto da pulsão que o sujeito alcança sua meta, como o trabalho, podendo integrar-se como objeto, atribuindo ao processo sublimatório da demanda do aparelho psíquico (Dejours, Abdoucheli & Jayet, 1994; Laplanche & Pontalis, 1991). Com isso, a pulsão “na fronteira entre o somático e o psíquico, está aquém da oposição entre consciente e inconsciente” (Laplanche & Pontalis, 1991, p.236).

A psicodinâmica do trabalho considera que essa acumulação energética é prejudicial ao sujeito, à medida que a capacidade de contenção é em algum momento transbordada, e com isso a energia desencadeia configurações psicossomáticas de certas perturbações como angústia e agressividade. Configura-se aí o sofrimento patogênico, quando todos os recursos de defesas já foram explorados e há somente o aborrecimento, a frustração, o medo, e/ou sentimento de impotência e de fracasso (Dejours, Abdoucheli & Jayet, 1994).

Em um artigo publicado no ano de 2015 tendo o título “Psicodinâmica do trabalho no Brasil: revisão sistemática da literatura” foi realizada uma análise de dados nacionais por meio de uma revisão sistemática de artigos, teses e dissertações acerca da psicodinâmica do trabalho entre os anos de 2007 a 2013. Um dos principais resultados obtidos diz respeito aos fatores de sofrimento advindos da organização do trabalho e da subjetividade do sujeito (Giongo, Monteiro & Sobrosa, 2015).

A respeito da proveniência do sofrimento, foram apresentados em três categorias: o sentido do trabalho, a organização do trabalho e o reconhecimento. Sendo a organização do trabalho dividida em quatro subcategorias. Assim, o sentido do trabalho concernente aos valores, a perda

da perspectiva de crescimento e da identidade do sujeito. A organização do trabalho por sua vez, acarreta intensa sobrecarga por meio das exigências de dedicação, excelência na produção e execução, esperados que sejam feitos com rapidez mesmo que se tenha uma alta demanda de trabalho, demasiadas mudanças na organização do trabalho e dificuldades na produção das tarefas (Giongo, Monteiro & Sobrosa, 2015).

Além disso, provoca conflitos nas relações sócio-profissionais em vista do individualismo, da falta de confiança e cooperação que não possibilita o espaço do trabalhador falar sobre suas vivências e sofrimento. A falta de autonomia impossibilita dispor a subjetividade do trabalhador. Com isso, são engendrados riscos psicossociais em razão do desfasamento entre o prescrito e o real, estando o trabalhador suscetível ao sofrimento. Em contrapartida, o reconhecimento pertence a "ausência de reconhecimento e baixa remuneração" (Giongo, Monteiro & Sobrosa, 2015, p.811).

O mesmo estudo também aponta que dentre as estratégias defensivas frente ao sofrimento, tiveram como destaque comportamentos como choro, negação, atitudes agressivas, projeção, somatização, visão do trabalho como meio de sobrevivência, entre outros (Giongo, Monteiro & Sobrosa, 2015). Em vista do sofrimento vivenciado pelos trabalhadores, a pesquisa destacou a manifestação do adoecimento psíquico pelo desencadeamento de sintomas psicossociais como:

> [...] ansiedade, desgaste físico e emocional, além de cansaço, fadiga, tensão, angústia, impotência, indignação, ambivalência, picos hipertensivos, gastrite, insônia, sonolência, enxaqueca e tendinite. Também foi mencionada a Síndrome de Burnout como uma forma de adoecimento, associada à sobrecarga de trabalho (Giongo, Monteiro & Sobrosa, 2015, p. 812).

Em vista disso, a análise subsequente se concentrará nos infortúnios da saúde mental dos homens em situação de desemprego que vivenciam um cenário suscetível ao sofrimento psíquico. Serão explorados os impactos do desemprego lincado à idealização social do homem como provedor familiar, tendo este que reafirmar constantemente sua virilidade ocupando o lugar de chefe da família.

5 O PAPEL SOCIAL DO PROVEDOR: A MASCULINIDADE COMO COEFICIENTE DO DESENCADEAMENTO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO DOS HOMENS DESEMPREGADOS

Os fatores que impactam a saúde mental desempenham um papel crucial não apenas na promoção e manutenção da saúde em geral, mas também nos fatores que podem comprometê-la adversamente. Um exemplo disso é o trabalho, que se configura como uma fonte significativa desses desafios (Seligmann-Silva, 2015).

Zanello (2018) refere que a performance do trabalho desempenha um papel essencial na saúde mental e bem-estar, posto que o trabalho é um dos meios da construção da identidade do sujeito. Nessa perspectiva, Dejours (2022) percorre em suas discussões a relação do trabalho com a vida, o trabalho e a subjetividade. De modo que traz a subjetividade ao campo político. Estar no campo político da sociedade diz respeito a ocupar um lugar, o qual se tem diretrizes de ações estabelecidas para se viver no meio social. Inobstante, o trabalho é inerente a essa configuração, visto que as formas de organização do trabalho concernem o que ele descreve nolens volens, expressão latina que significa “querendo ou não querendo”, a construção da identidade e subjetividade do sujeito se caracteriza similarmente no cenário laboral (Dejours, 2022).

Posto isto, a psicodinâmica do trabalho não considera o trabalhador como um sujeito isolado, mas como parte ativa nas relações do contexto intersubjetivo. São nas relações que o sujeito constrói a identidade, o sentimento de pertencimento a um coletivo permite a construção das estratégias defensivas, na busca do reconhecimento de utilidade, de suas competências, autoridades etc. (Dejours, Abdoucheli & Jayet, 1994).

> [...] para que os sujeitos se engajem neste espaço público e tragam suas contribuições para a elaboração da organização real do trabalho, é preciso que eles obtenham em troca uma retribuição moral-afetiva no registro da identidade, em termos de reconhecimento e de gratidão [...] (Dejours, Abdoucheli & Jayet, 1994, p.116).

Dejours (2022) afirma que o reconhecimento para ter eficácia simbólica percorre por “julgamentos de utilidade econômica, social ou técnica da contribuição fornecida pelo trabalhador” (Dejours, 2022). É pelo

reconhecimento que o sujeito pode manter suas relações de convívio. Em razão disso, o “desejo de ser útil é psicologicamente crucial. Esta é a razão de ser tão perigoso para a saúde mental” (Dejours, 2022).

Ademais, reconhecimento percorre o liame entre a virilidade e a pressão de trabalho. Dessarte a organização do trabalho não somente determina a divisão do trabalho, mas também a divisão dos homens, deliberados pelas diligências da obtenção do poder. O trabalho é utilizado como meio de manutenção das dinâmicas de poder. As relações humanas remetem o trabalho ao homem o pertencimento, reafirmação da virilidade, identificado a categoria de ser homem (Dejours, 2007; Dejours, Abdoucheli & Jayet, 1994).

> Esta maneira tão banal, em nossa linguagem cotidiana, de interrogar alguém sobre sua atividade profissional, traduz bem a importância concedida ao trabalho no conjunto de nossa vida. Não é só um modo de ganhar a própria vida, é um status social ao qual se associam, às vezes, uma roupa específica, um vocabulário particular (Dejours, Dessors, & Desrlaux, 1993, p.99).

O trabalho infere um valor moral, como paradigma de anuência da virilidade masculina. Um dos meios de afirmação da feição atual da masculinidade hegemônica é a virilidade laborativa, consolidada pelo capitalismo, definindo o trabalho e dinheiro como o caminho do sucesso (Zanello, 2018).

A construção da virilidade laborativa se configura pela ênfase da produtividade e acumulação de riquezas. Com as transformações nos meios de produção impulsionadas pelo capital, a função do trabalho ultrapassa a finalidade do sustento financeiro, mas se torna um elemento na dimensão moral (Zanello, 2018).

Saffioti (1987) enfatiza que o sistema capitalista exerce uma influência direta aos fatores de gênero e raça. A autora descreve a simbiose de três sistemas de dominação-exploração, cognominado patriarcado-racismo-capitalismo que historicamente se entrelaçam. De maneira que resulta na propagação e legitimação das relações de poder, perpetuando os privilégios masculinos ricos brancos. Nesse contexto, ao analisar a ideologia machista inferida pelo patriarcado, cabe considerar a configuração do capitalismo, que predominantemente molda os domínios políticos e ideológicos.

Em contrapartida, enfrentamos desafios significativos diante do contexto do cenário social neoliberal, onde a falta de oportunidades de emprego e

acentuada concentração de renda, contribuem para relações assimétricas, desiguais e racistas em muitas sociedades. Essa realidade estabelece uma ligação direta entre a exploração e dominação no âmbito econômico. Diante desse quadro, surge a indagação: quem são os beneficiários e perpetradores dessas relações assimétricas? Esses desafios sublinham a necessidade de uma análise crítica e busca por soluções que fomentem equidade e justiça social (Saffioti, 1987).

Zanello (2018) perfaz que o modelo predominantemente vigente da masculinidade é categorizado pela idealização da rigidez, originada no período da pós-abolição, junto à ratificação da hierarquia e dos privilégios atribuídos a hegemonia masculina, caracterizada pelo homem branco, heterossexual, pai de família e rico. O surgimento da masculinidade hegemônica, delineada por meio do processo de urbanização, transformações políticas e do valor atribuído ao trabalho que se desdobra até os dias de hoje, adaptando-se em diferentes configurações a depender da sociedade e cultura.

Diante das performances das masculinidades variam consoante ao momento histórico. Desse modo, considerando as mudanças que ocorreram no mundo do trabalho e na centralidade trabalho como identitário na vida do sujeito, o dispositivo de eficácia laboral é valorizado como forma de reconhecimento da sua masculinidade (Zanello, 2018).

Zanello (2018) refere que é importante ressaltar que não existe uma prova final de validação da virilidade, o homem tem sempre que estar preparado para performá-la. Por exemplo, o homem que tem o carro mais caro, possui bens materiais como casa, empresa ou ocupam de cargos de chefia, provem a família etc. Estes utilizam o que Zanello (2018) descreve como dispositivo de eficácia laboral, o qual o sujeito utiliza para reafirmar sua virilidade.

Em uma pesquisa realizada no ano de 2017, por meio de análise qualitativa do conteúdo de entrevistas realizadas com nove homens cisgêneros, sendo quatro autodeclarados gays, três autodeclarados bissexuais e dois autodeclarados heterossexuais, com idades entre 19 e 28 anos, de classe média. A investigação teve como objetivo identificar especificidades e semelhanças nas vivências de cada participante, considerando suas orientações sexuais. Os resultados foram analisados a partir das teorias das

masculinidades, observando a relação das questões de gênero com o sofrimento psíquico dos homens que levam a manifestação de comportamentos suicidas (Baére & Zanello, 2020). Os resultados obtidos mostraram que a virilidade laboral acomete as três orientações sexuais, sendo este um dos principais dispositivos de eficácia da valorização social. No que diz respeito ao grupo dos gays, notou-se a utilização da virilidade laboral como meio compensatório da “falta” da virilidade sexual. Isto é, não basta a culpa e sofrimento por não atenderem ao padrão heteronormativo, estes homens se veem pressionados a ter o sucesso no campo profissional (Baére & Zanello, 2020).

No grupo dos heterossexuais, a virilidade laborativa foi mais evidente, de modo que incumbe a uma conquista identitária dos homens. Na sociedade contemporânea brasileira, os homens se subjetivam por dois dispositivos, sendo a virilidade sexual e laborativa. Dessa forma, a autenticidade masculina se apresenta na dimensão do sujeito enquanto um trabalhador/provedor, estando adequados aos padrões hegemônicos desses domínios. Quando não conseguem se adequar ou performar sua virilidade, como no caso do desemprego, é gerado sofrimento psíquico no sujeito (Zanello, 2018; Baére & Zanello, 2020).

O trabalho integra a construção da virilidade, representado na ideologia do “ser homem”, cabe este incumbir a função de chefe da família, seja ele o único ou o principal provedor das necessidades familiares. Ainda que a mulher trabalhe remuneradamente, o homem não poderia deixar de faltar com suas “obrigações” econômicas, tendo que ter o êxito independentemente das circunstâncias (Saffioti, 1987). Dessa forma, o homem no espectro da idealização do provedor perpassa pelo julgamento social, restaurando ou retificando sua virilidade para si mesmo, aos outros homens e as outras pessoas no geral (Zanello, 2018).

Diante disso, segundo a psicodinâmica do trabalho, a construção identitária masculina e o processo de subjetivação permeia as pautas da organização do trabalho e as relações de dominação. Isto é, o trabalho representa a construção da subjetividade, implicando o vir a ser homem para o sujeito (Dejours, 2022).

O psicólogo Fernando Pessoa de Albuquerque (2020) apresenta em sua tese de doutorado, publicada no ano de 2020, uma pesquisa realizada em dois CAPS localizados em Brasília-DF, tendo como participantes 16 homens usuários destas redes de atenção psicossocial, durante os anos entre 2017 e 2019. Foram feitas entrevistas semiestruturadas com base nas observações feitas. Neste trabalho apresenta as perspectivas que estes homens têm sobre o que é ser homem e o que precisa ser feito para que seja reconhecido como um "homem de verdade". Diante isso, como evidenciado nas declarações dos participantes:

> É… primeiro, ser o dono da gente…depois família. Depois trabalho. E saúde. E dignidade. (João) (Albuquerque, 2020, p.84).

É perceptível o que remete ao homem uma descrição do que é ser um "homem de verdade" perpassa pelas relações de poder, sendo este além de ser dono de si mesmo, mas da família, de sua esposa e filhos. Não só isso, mas pondo em questão a se ter ou não saúde e dignidade estando associado a possuir um trabalho.

> Ah...trabalhar, né, tem os seus dever, quando casa cuidar da família...cuidar da família, sustentar os filhos, né?, para mim é bem importante, meu pai sempre me passou isso...nunca deixou faltar nada em casa...sempre teve o seu papel. Fez seu papel de trabalho, trazendo alimento para a gente..., nunca deixou faltar nada. E bem...assim... trata a gente bem...e trabalha tudo certinho. Assim...eu vejo...me espelho nele, mas não consigo fazer... (Luís) (Albuquerque, 2020, p.86).

Observa-se que a construção do masculino, em cada etapa e a cada idade da vida vai na direção do lugar do pertencimento a determinados grupos. Os homens mais velhos, já passados pelo processo de reconhecimento de um "verdadeiro homem", são os que "mostram, corrigem e modelizam os que buscam o acesso à virilidade" (Welzer-Lang, 2001, p.462). Esse processo de aprovação é nomeado por Welzer-Lang (2001) como a "casa dos homens", um conjunto de estruturas atribuídas ao masculino, a ideia de um "verdadeiro" homem que coexiste por gerações, sempre combatendo os aspectos que possam associá-los as mulheres.

Os homens carregam um fardo pesado em ter que desempenhar o provedor do lar, sendo parte da classe trabalhadora. Seguem os estereótipos que moldam as percepções pelas normas construídas socialmente, descritas

por Saffioti (1987) como domesticação da mão de obra e da família, esses moldes mantem a estrutura de dominação-exploração da classe trabalhadora.

Dejours (1994) ressalta que “quando o rearranjo da organização do trabalho não é mais possível, quando a relação do trabalhador com a organização do trabalho é bloqueada, o sofrimento começa” (Dejours, Abdoucheli, & Jayet, 1994, p.29).

> Eu estou desse jeito, porque eu não sou homem, está entendendo? Eu não sou homem. Porque eu estou deixando faltar as minhas coisas. A minha esposa falou: Jeremias, eu não tenho fraldas para os meus filhos -, e o que eu faço? Está entendendo? (chora). (Jeremias) (Albuquerque, 2020, p.89).

Nesse sentido, a perda do emprego traz a condição de fracasso, de tal forma que este homem perde o lugar de chefe e provedor familiar, se sente menos homens por isso (Welzer-Lang, 2001; Zanello, 2018).

A condição do desemprego não está somente para falta do trabalho, mas à perda da identidade do homem. Dessa forma, o trabalho permeia a trajetória de vida, desempenhando um lugar fundamental. Além de ser a principal fonte de subsistência para grande parte da população, confere significado à existência. Trabalhar possibilita o estabelecimento de vínculos na esfera social e serve também como meio para garantir o sustento familiar. Portanto, a falta de trabalho pode comprometer a saúde mental do sujeito que vivencia o desemprego, influenciado fortemente pelas disparidades dos contextos políticos, econômicos e culturais de cada sociedade (Seligmann-Silva, 2015).

> “Quero recuperar minha família e um emprego, para parar de me sentir menos homem que os outros” (Jeremias) (Albuquerque, 2020, p.247).

Assim, a incapacidade de prover o sustento familiar atribui a desestabilização da identidade masculina. Vivenciar o desemprego representa um desafio substancial para qualquer pessoa. Contudo, é fundamental considerar as complexidades de gênero, baseado nas teorias das masculinidades, especialmente os estereótipos que atribuem expectativas dos homens desempenharem o papel de provedor familiar, dada a arraigada ideia de que a responsabilidade do provimento é essencial para definir autenticamente o que é ser um “verdadeiro homem”. Portanto, o contexto do desemprego repercute de múltiplas formas a exclusão socioeconômica, tanto

no núcleo familiar, quanto social (Albuquerque, 2020; Welzer-Lang, 2001; Zanello, 2018).

A vivência do desemprego provoca uma desordem simbólica e psíquica, onde o sujeito desenvolve insegurança, sentimentos de inferioridade e fracasso, podendo levar a depressão e até mesmo ao suicídio diante da perda do trabalho o que simbolicamente culmina a perda de sua virilidade, visto que o homem ocupa o lugar imaginário do provedor das necessidades familiares. Além disso, a quimérica expectativa do homem ocupar este lugar social ocasiona conflitos familiares e sociais (Dejours, 2007; Moreira, 2023; Zanello, 2018).

> Conversando com as pessoas aqui e eu vejo muito cara batalhador que se sente menos...porque às vezes não consegue bancar a família, não consegue ser aquilo que esperavam que a gente fosse, né?, e...e aí vai... e começa...e aí começa a se perder... e quando a gente bebe para caramba a gente é um cara legal também...é um outro jeito da gente se sentir legal, né?, a gente tem que tentar... a gente podia aceitar nossas falhas de outras maneiras né? (Jeremias) (Albuquerque, 2020, p.98).

À vista disso, o desejo do reconhecimento da virilidade é demasiado, aqueles que desviam das condições de afirmação da masculinidade por algum fator, tal como o desemprego, correm o risco de serem marginalizados. A situação do desemprego gera desapontamento, sentimentos de inutilidade, pois o julgamento do reconhecimento está no fazer e, o fazer ratifica a identidade, a realização de si mesmo. Por isso, a dificuldade financeira é o âmago de maior vulnerabilidade psíquica dos homens (Dejours, 2007; Dejours, 2022; Zanello, 2018).

Isto posto, diante do adoecimento psíquico em vista da vivência do desemprego, bem como a adversidade a identidade, o sujeito arguia estratégias de defesas em que eufemiza a percepção da realidade que traz sofrimento. É por meio das defesas que o homem busca minimizar o sofrimento advindo da perda do emprego (Dejours, Abdoucheli, & Jayet, 1994). Visto que as pessoas estão em constante busca pelo prazer e quando se tem o desprazer ocorre a negação de forma simbólica desta vivência de sofrimento (Mendes, 1995). Para isso, a ação estratégica “com efeito, seria preferível considerar o completo bem-estar mais como um ideal, ou mesmo uma ficção, do que uma realidade” (Dejours, Dessors & Desrlaux, 1993, p.99).

Com isso, Dejours (1994) categoriza as estratégias como ideologia defensiva, uma vez que se têm um lugar na construção de um imaginário social, o qual configura em uma estrutura ou imagem que se contrapõe ao sofrimento. Isso se deve ao fato de que o sujeito passa pela ordem da realidade à ordem do imaginário, abalando a ordem simbólica a qual a articulação da percepção da realidade é necessária (Dejours, Abdoucheli & Jayet, 1994).

Na ideologia defensiva, a desfaçatez da virilidade circunscreve a manifestação do domínio simbólico, sustentado por justificativas econômicas racionalizadas. As dinâmicas laborais e as relações sociais percorrem recursos que complementam a virilidade. Considerando o “papel capital da virilidade na distorção social que faz o mal passar por bem” (Dejours, 2007).

Incapaz de gozar do reconhecimento da virilidade laboral, o homem se encontra relegado ao sofrimento e somente a ele (Zanello, 2018). À guisa a ratificação na narrativa da música do álbum “A tempestade” de Legião Urbana, chamada “Música de trabalho”. A letra traz o seguinte trecho: “Sem trabalho eu não sou nada, não tenho dignidade, não sinto o meu valor, não tenho identidade” (Legião Urbana, 1996, online).

Segundo Dejours (2007), o trabalho desempenha um papel crucial como intermediador na reapropriação e da realização do ego. O sujeito que enfrenta desafios em sua relação com o trabalho, é frequentemente levado, nas atuais condições, a confrontar a expressão política de seu próprio sofrimento.

Como o caso do homem que vivencia o desemprego, as consequências advindas da não realização do ego envolvem o processo de recalque das emoções e das dores que a masculinidade delega aos homens. Segundo a perspectiva psicanalítica, o recalque é um mecanismo de defesa que está associado ao ego, tem como papel designar a repressão do afeto desagradável ou transformá-lo em outras representações (Laplanche e Pontalis, 1991).

> A gente tem um ego e quando você perde isso, a gente se perde! Nosso ego fica ferido e doído! E a gente acha que a cachaça vai curar essa ferida! (Gonzaga) (Albuquerque, 2020, p.91).

Com isso, as estratégias de defesa do trabalhador em situação de desemprego são diversas, de modo que estão passíveis a adotar

comportamentos de risco, como o abuso de substâncias psicoativas e álcool. A ingestão abusiva de álcool e outras substâncias são presentes de modo que o sujeito busca se refugiar diante das depreciações de sua virilidade. Além disso, em certos casos há o afastamento ou até mesmo o abandono da família, por não conseguirem encarar seus familiares, pois sente-se envergonhado por não poder prover o sustento (Albuquerque, 2020).

Outro fator incidente com a perda do emprego é a violência, diante da negação e do medo o homem utiliza da violência como meio de restaurar sua virilidade. Ele busca “o resgate ou a manutenção da honra perante a si mesmo e perante os outros homens” (Zanello, 2018, online). Sucedente ao engendramento da violência virilista (Zanello, 2018), de acordo com Welzer-Lang (2001), os meninos são educados através do mimetismo da violência. O uso deliberado da violência é um meio utilizado para forjar coragem e vencer o medo.

O temor de não estar à altura dos padrões da masculinidade, o receio de se sentir menos homem, medo de não atender aos critérios da casa dos homens. Leva alguns a utilizarem a violência, dirigidas tanto contra si mesmos quanto a outras pessoas. Exemplo disso é o embrutecimento físico e psíquico, são ensinados a não demostrar suas emoções ou suas dores, são criados competitivamente para que estes busquem sempre o grau mais elevado na hierarquia da casa dos homens. Em diversas vezes, utilizam a violência de múltiplas formas contra as mulheres no geral, contra homens não héteros, contra os negros e outros (Zanello, 2018).

Muito se preocupa com a violência, cuja relevância não pode ser ignorada. Mas o sofrimento advindo das ações que a masculinidade hegemônica delega aos homens não é problematizado, mas desqualificado, em alcunha da incontestada virilidade. A relação entre o sofrimento e virilidade é a base subversiva da condescendência da violência (Dejours, 2007).

Segundo Dejours (1994), o trabalho é mediador da transformação do sofrimento no desenvolvimento da identidade do sujeito. Paralelamente a isso, Albuquerque (2020, p.246) afirma que:

> [...] Compreende-se assim que a autoridade de chefia da família, fundada sobre o trabalho, sobre o provimento da esposa e dos filhos e sobre o controle da sexualidade feminina, é um símbolo de afirmação da masculinidade valorizada entre os pares e determinante na participação dos homens na vida doméstica e familiar.

Posto isto, podemos observar que a concepção do que é ser homem se configura no provedor familiar, onde o trabalho assevera a dignidade e o respeito dos outros, sendo primordial para o processo de subjetivação masculina (Albuquerque, 2020).

Nesse sentido, a perda do trabalho remete a perda do capital para o trabalhador e com isso as condições materiais de existência deixam de existir. Como descreve a música de Gonzaguinha (1999, online), a epígrafe deste trabalho “um homem se humilha, se castram seus sonhos. Seu sonho é sua vida e a vida é trabalho. E sem o seu trabalho, um homem não tem honra e sem a sua honra se morre, se mata. Não dá pra ser feliz, não dá pra ser feliz” (Gonzaguinha, 1999, online).

Nesse encadeamento, no ano de 2021 foi publicado o artigo “Precarização social e fragilização psíquica na situação de desemprego severo no município de Corumbá, Brasil”. Neste é apresentada uma pesquisa de cunho qualitativo feita entre o período de 2017 e 2018 com desempregados de curta e longa duração, na cidade de Corumbá, Mato Grosso do Sul. A pesquisa foi realizada com 200 participantes tendo a faixa etária igual ou maior que 18 anos, sendo estes cadastrados “para vagas de emprego na Casa do Trabalhador no município, agência pertencente à Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul” (Figueiredo & Reis, 2021, p.441).

O estudo teve como objetivo identificar a presença de sofrimento psíquico e social e os impactos decorrentes a falta do emprego. Os resultados obtidos foram que os homens que se encontram em situação de desemprego manifestam sentimentos de tristeza, vergonha, ansiedade, angústia, medo, insegurança, estresse e desânimo (Figueiredo & Reis, 2021).

Neste sentido, carregados pelo desencorajamento e sentimentos de injustiça, encontram-se em uma situação incompreensível no sentido simbólico, de modo que não conseguem ressignificar a vivência do desemprego gerando assim diversos sintomas (Dejours, 2007). Ocorre o bloqueio da inteligibilidade por parte do homem diante dos sintomas e a naturalização da causalidade, de tal forma que “eles atribuem uma naturalização da casualidade, porque seria insuportável o desmantelamento do esquema defensivo e a confrontação com as causas do seu sofrimento” (Mendes, 1995, p.38).

Dessa forma, a naturalização dos impactos da virilidade é uma forma de mascarar o sofrimento. Percebe-se que esta naturalização é compreendida como “uma fatalidade natural, à evolução cultural, às transformações da sociedade em seu conjunto e, mesmo, à decadência da civilização” (Dejours, Abdoucheli & Jayet, 1994, p.58). Assumir que os comportamentos estereotipados causam sofrimento seria mostrar fragilidade, perdendo sua identidade social (Dejours, Abdoucheli & Jayet, 1994).

Diante disso, o sujeito reage em busca de se defender, de maneira que ‘“as reações de defesa são fortemente singularizadas em função do passado, da história e da estrutura de personalidade de cada sujeito” (Dejours, Abdoucheli & Jayet, 1994, p.123). Com isso, os estudos feitos por Dejours (1994) mostraram que a singularidade da estrutura mental varia a forma de como cada sujeito reage diante do padecimento.

Conduzidos pelo comportamento de cada um por si e pela desmotivação, o silêncio perante o sofrimento é compreendido como uma individualização máxima do sofrimento. Demonstrar sentimentos é vergonhoso e humilhante diante de outros homens, o silêncio faz parte do processo de formação do vir a “ser homem” (Zanello, 2018).

Surge então o que Dejours (1994) trata na tese do individualismo, refere-se ao processo interpretativo singular que os trabalhadores têm diante de situações como o desemprego. O individualismo se integra ao imaginário social em que “um conjunto de imagens, na qual a publicidade, a arte e a literatura nutrem abundantemente” (Dejours, Abdoucheli & Jayet, 1994, p.59), isto é, o ideal do homem provedor e viril integra o processo de alienação da classe trabalhadora.

Tendo função alienante, o individualismo “é uma explicação da evolução social e da crise das relações sociais de trabalho e até mesmo das relações sociais em geral” (Dejours, Abdoucheli & Jayet, 1994, p.59). Posto isto, Dejours (1994) questiona as consequências do individualismo em face da genealogia do sofrimento, o “sofrimento enquanto tal não pode mais ser nomeado e verbalizado senão no colóquio singular” (Dejours, Abdoucheli & Jayet, 1994, p.59).

> O trabalho, como parte do mundo externo ao sujeito e do seu próprio corpo e relações sociais, representa uma fonte de prazer ou de

> sofrimento, desde que as condições externas oferecidas atendam ou não à satisfação dos desejos inconscientes. (Mendes, 1995, p.35).

O trabalhador não tem, de imediato, a percepção de que está suportando um peso significativo ao poder de autoridade que exerce no cenário econômico. Perdurando as classes dominantes que usufruem desses sistemas de exploração-dominação. Portanto, o patriarcado-racismo-capitalismo corrobora na preservação de diversas circunstâncias vigente no Brasil. Situações de injustiças, relações de classes sociais, gênero, étnicas e raciais decorrentes da fusão do trio de dominação-exploração (Saffioti, 1987).

Diante disso, as pautas de gênero e lutas de combate às desigualdades pelas relações de poder e privilégios não se restringem somente as pessoas que fazem parte da minoria oprimida, dizem respeito também aos homens que se encontram no lugar de privilégio e poder. Tentar combater as desigualdades sem pensar na redefinição dos papéis masculinos seria disparatado (Saffioti, 1987).

Não se trata de querer vitimizar os homens, cujas condutas ideológicas lhe direcionam ao lugar de poder e privilégios. Pelo contrário, trata-se de desmistificar e conscientizar os infortúnios que o patriarcado-racismo-capitalismo provoca de forma individual e coletiva (Saffioti, 1987).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta investigação abordou-se o papel crucial que o trabalho desempenha na saúde mental e na construção da identidade masculina. Os homens aquiescessem um imaginário social engendrado pela simbiose entre o patriarcado e o capitalismo, utilizando o dispositivo da virilidade laboral como validação de sua masculinidade. Diante disso, a falta do trabalho pode impactar negativamente as dimensões socioeconômicas e psicológicas do sujeito.

Desse modo, perfazendo a inferência da vigente pesquisa, foi perscrutado que a vivência do desemprego concebe implicações inconcebíveis as pessoas, sobretudo, aos homens que desempenham o papel de provedor familiar. Engendrado pelos estereótipos sociais atrelados a proficuidade da virilidade laborativa.

Desse modo, evidencia-se a complexidade da configuração demasiada do cenário social organizada pelo trio da dominação-exploração integrados pelo patriarcado-racismo-capitalismo. É relevante evocar a trajetória histórica, a qual de alguma forma repercute as circunstâncias contemporâneas em diversas esferas. A conjuntura da naturalização do desemprego atravessa dimensões econômicas, sociais e psicológicas.

Desta forma, foi possível constatar que a vivência do desemprego gera imensurável sofrimento psíquico nos homens desocupados, devido a ameaça da identidade masculina. Suscitando sentimentos de inutilidade, vergonha, ansiedade, insegurança, estresse e desânimo. Favorecendo também a presença de sintomas como angústia, impotência, indignação, ambivalência, entre outros. À vista disso, tem possibilidade de adotar comportamentos autodestrutivos e contra outrem diante do adoecimento, como o abuso de álcool e outras substâncias, violência, isolamento e ideação ao suicídio.

Toda conclusão é inerentemente temporária, visto que o mundo está em constantes transformações. Outrossim, o escopo do presente estudo buscou contribuir para reflexões no tocante a vivência da masculinidade. Visando verificar as implicações das repressões das vulnerabilidades psicoemocionais, desnaturalizando as performances afirmativas da virilidade, mobilizando ressignificações da identidade masculina, desenvolvendo o cuidado dos homens consigo mesmo e da coletividade.

Diante de tais considerações e à lacuna existente no arcabouço teórico relacionado a esta temática, é elementar a reelaboração de novos conhecimentos científicos, bem como o estabelecimento de parâmetros que corroborem a repensar os papéis masculinos. Visando impulsionar uma sociedade mais equitativa e saudável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Adichie, C. N. (2015). *Sejamos todos feministas* (1 ed.). (C. Baum, Trad.) São Paulo: Companhia das letras.

Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade.*São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen.

Albornoz, S. (1994). *O que é Trabalho* (Vol. 171). São Paulo: Brasiliense.

Albuquerque, F. P. (2020). *Sofrimento mental e gênero: os homens e o cuidado na rede de atenção psicossocial*. São Paulo.

Alves, G. (2013). *Crise estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho –a questão social no século XXI. Porto Alegre: Textos & Contextos. v.12, n.2, pp. 235-248.*

Almeida, S.L. (2019). *O que é racismo estrutural?*. Belo Horizonte(MG): Letramento.

Ambra, P. E. (2015). *O que é um homem? psicanálise e história da masculinidade no ocidente* (1 ed.). São Paulo: Annablume.

Ambra, P. E., & Silva Junior, N. (2014). *Histeria e gênero: sexo como desencontro.* São Paulo: nVersos.

Antunes, R. (2009). *Os Sentidos do Trabalho : ensaio sobre a airmação e a negação do trabalho* (2 ed.). São Paulo: Biotempo.

Antunes, R. (2018). *Privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital*. (1 ed.). São Paulo: Boitempo. E-book. Disponível em: https://biblion.odilo.us/info/o-privilegio-da-servidao-o-novo-proletariado-de-servico-na-era-digital-00991469

Antunes, R. (2020). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. (1 ed.). São Paulo: Boitempo. E-book. Disponível em: https://biblion.odilo.us/info/uberizacao-trabalho-digital-e-industria-40-00907829

Antunes, R. (2022). *Crise do capitalismo e regressão social para a classe trabalhadora*. *1*, p. e13840. doi:https://doi.org/10.15628/rbept.2022.13840

Baére, F., & Zanello, V. (2020). *Suicídio e masculinidades: uma análise por meio do gênero e das sexualidades*. Psicologia em estudo. v.25. DOI: https://doi.org/10.4025/psicolestud.v25i0.44147. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pe/a/LzMM7YDThptPXCkJkpKnWkn/

Beauvoir, S. (2016). *O segundo sexo: A experiência vivida* (3 ed., Vol. 2). (S. Milliet, Trad.) Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Obra original publicada em 1949).

Beauvoir, S. (2016). *O segundo sexo: fatos e mitos* (3 ed., Vol. 1). (S. Milliet, Trad.) Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Obra original publicada em 1949).

Butler, J. (2018). *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade* (16 ed.). (R. Aguiar, Trad.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Obra original publicada em 1990).

Connell, R. W. (1995). *Políticas da masculinidade.* 20(2): pp. 185-206. Fonte: https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71725

Connell, R.W. (2005). *Masculinities.* (2 ed.). Editora Routledge. (Obra original publicada em 1995).

Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W. (2013). *Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. 21*, pp. 241-282. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC/

Connell, R., & Pearse, R. (2015). *Gênero: uma perscpectiva global* (3 ed.). (M. Moschkovich, Trad.) São Paulo: Editora nVersos.

Dejours, C. (1992). *A loucura do trabalho: estudo da psicopatologia do trabalho* (5 ed.). (A. I. Paraguay, & L. L. Ferreira, Trads.) São Paulo: Cortez - Oboré.

Dejours, C. (2007). *A banalização da injustiça social* (7º ed.). (L. A. Monjardim, Trad.) Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Dejours, C. (2016). *A centralidade do trabalho para a construção da saúde*. (J. d. Barros, & S. Lancman, Entrevistadores) São Paulo: Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo. doi:https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v27i2p228-235

Dejours, C. (2022). *Trabalho vivo I: sexualidade e trabalho* (2 ed.). (F. Soudant, Trad.) São Paulo: Blucher. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br

Dejours, C. (2022). *Trabalho vivo II: trabalho e emancipação* (2 ed., Vol. 2). (F. Soudant., Trad.) São Paulo: Blucher. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br

Dejours, C., Abdoucheli, E., & Jayet, C. (1994). *Psicodinâmica do Trabalho: Contribuições da escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho.* (M. I. Betiol, Trad.) São Paulo: Atlas.

Dejours, C., Dessors, D., & Desrlaux, F. (1993). *Por um trabalho, fator de equilíbrio*. *33*, pp. 98-104.

Figueiredo, V. C., & Reis, P. C. (2021). *Precarização Social e Fragilização Psíquica na Situação de Desemprego Severo no Município de Corumbá, Brasil*. *21*, pp. 437-453. doi::10.12957/epp.2021.61050

Giongo, C. R., Monteiro, J. K., & Sobrosa, G. M. (2015). *Psicodinâmica do Trabalho no Brasil: Revisão Sistemática da Literatura*. *23*, pp. 803-814. doi:10.9788/TP2015.4-01

Gomes, A. M. (2004). *Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho: tragetórias da escola Francesa*. *22*, pp. 27-31.

Gomes, I. (28 de 04 de 2023). *Com taxa de 8,8%, desemprego cresce no primeiro trimestre de 2023*. Fonte: Agência IBGE notícias: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/36780-com-taxa-de-8-8-desemprego-cresce-no-primeiro-trimestre-de-2023

Gonzaguinha (1999). *Guerreiro menino* (um homem também chora) [Gravado por Fagner]. Em *Ensaio*. Disponível em: https://youtu.be/fz3OUxKl8i8?si=p4gAMNXDUSHB_Dhq

Houaiss, I. A. (2004). *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa.* Rio de Janeiro: Objetiva Ltda.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (s.d.). Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Fonte: https://ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (s.d.). Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Fonte: https://ibge.gov.br/explica/desemprego.php

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). *Violência - Homens (Percentual)*. Fonte: Instituto de pesquisa econômica aplicada – IPEA. Fonte: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/233

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. Fonte: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/10091/93473?localidade1=50

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). Indicadores IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Divulgação Especial: Medidas de Subutilização da Força de Trabalho no Brasil*. Fonte: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_de_Trabalho/pnadc_202101_trimestre_novos_indicadores.pdf

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). *Tábuas completas de mortalidade*. Fonte: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9126-tabuas-completas-de-mortalidade.html

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2019). *Atlas da violência: Homicídios*. Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Fonte: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/filtros-series

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2019). *Atlas da violência: Violência no trânsito*. Fonte: Instituto de pesquisa econômica aplicada – IPEA. Fonte: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/filtros-series

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2019). *Atlas da violência: Taxa de suicídio de homens*. Fonte: MInistério da saúde. Fonte: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/169

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2019). *Atlas da violência: Taxa de suicídio de mulheres*. Fonte: Ministério da saúde. Fonte: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/171

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2019). *Atlas da violência: Violência por gênero*. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Fonte: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/filtros-series

INSTITUTO PAPO DE HOMEM. (2019). *O silêncio dos homens: uma pesquisa com mais de 40.000 mil pessoas em todo o Brasil*. São Paulo: Instituto PDH. Fonte: https://www.papodehomem.com.br/o-silencio-dos-homens-documentario-completo

Lancman, S., Sznelwar, L. I., & (orgs). (2011). *Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho* (3ª ed.). (F. Soudant, Trad.) Rio de Janeiro: Fiocruz.

Laplanche, J., & Pontalis, J. B. (1991). *Vocabulário da psicanálise.* (P. Tamen, Trad.) São Paulo: Martins Fontes.

Legião Urbana (1996). *Música de trabalho*. Em *A tempestade*. Disponível em: https://youtu.be/8fzAE9Bgg6c?si=tpo1dEpWDdp9HuTT

Lima, M. E. (1998). *Psicopatologia do trabalho: Origens e desenvolvimentos recentes na França*. *18*, pp. 10-15.

Machado, F.K., Giongo, C.R., & Mendes, J.M. (2016). *Terceirizaçãoe precarização do trabalho: uma questão de sofrimento social*. Psicologia Política, (16), pp. 227-240.

Marx, K. (2015). *O capital: crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital.* (R. Enderle, Trad.) São Paulo: Editora Boitempo. (Obra original publicada em 1867).

Mészarós, I. (2011). *Para além do capital : rumo a uma teoria da transição*. (1 ed.). (trad. Castanheira, Paulo Cezar; Lessa, Sérgio). São Paulo. Editora Boitempo.

Mendes, A. M. (1995). *Aspectos Psicodinâmicos da Relação Homem-Trabalho: as contribuições de C. Dejours*. pp. 34-38.

Mendes, A. M. (2007). *Psicodinâmica do Trabalho: teoria, método e pesquisas.* São Paulo: Casa do Psicólogo.

Moreira, M. M. (2023). *Freud e o casamento: o sexual no trabalho de cuidado* (1 ed.). Belo Horizonte: Autêntica. Fonte: https://plataforma.bvirtual.com.br

OIT – Organização Mundial da Saúde. (02 de Junho de 2021). *OIT alerta para recuperação lenta do emprego e aumento da desigualdade*. Fonte: Nações Unidas Brasil: https://brasil.un.org/pt-br/129573-oit-alerta-para-recupera%C3%A7%C3%A3o-lenta-do-emprego-e-aumento-da-desigualdade

Prodanov, C. C., & de Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico* (2 ed.). Novo Hamburgo: Feevale.

Saffioti, H.I.B. (1987). *O poder do macho.* São Paulo: Moderna.

Saffioti, H.I.B. (2015). *Gênero patriarcado violência* (2 ed.). São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo.

Seligmann-Silva, E. (2015). *Desemprego e desgaste mental: Desafio às políticas públicas e aos sindicatos*. Revista Ciências do trabalho, (4), pp.89-109.

Severo, V.S. (2021). *A perda do emprego no Brasil. Sulina*. Fonte: https://biblion.odilo.us/info/a-perda-do-emprego-no-brasil-notas-para-uma-teoria-critica-e-para-uma-pratica-transformadora-00912021

Scott, J. (1995). *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade, 15(2), pp. 71-99.

Singer, P. (2012) *Economia política da urbanização*. (1 ed.). São Paulo: Editora Contexto. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br

Singer, P. (1999). *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas* (3 ed.). São Paulo: Editora Contexto. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br

Sociais, E. (28 de 04 de 2023). *Agência IBGE noticias*. Fonte: IBGE: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/36778-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-8-8-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-18-9-no-trimestre-encerrado-em-marco

Suzman, J. (2022). *Trabalho: Uma história de como utilizamos o nosso tempo, da Idade da Pedra à era dos robôs.* (R. Seabra, Trad.) São Paulo: Editora Vestígio.

TJDFT - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Que categorias o Censo IBGE utiliza para raça e cor?. Fonte: https://www.tjdft.jus.br/acessibilidade/publicacoes/sementes-da-equidade/que-categorias-o-censo-ibge-utiliza-para-raca-e-cor#:~:text=Pardo%20se%20refere%20a%20quem,que%20indicam%20ascend%C3%AAncia%20predominantemente%20africana.

Welzer-Lang, D. (2001). *A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia*. Revista de Estudos Feministas, *9(2)*, pp. 460-482. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/WTHZtPmvYdK8xxzF4RT4CzD/

Zanella, L. C. (2011). *Metodologia de pesquisa* (2 ed.). Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC.

Zanelli, J. C., Borges-Andrade, J. E., & Bastos, A. V. (2014). *Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil* (2 ed.). Porto Alegre: Editora Artmed.

Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação* (1 ed.). Curitiba: Editora Appris. Disponível em: https://biblion.odilo.us/info/saude-mental-genero-e-dispositivos-cultura-e-processos-de-subjetivacao-00918956